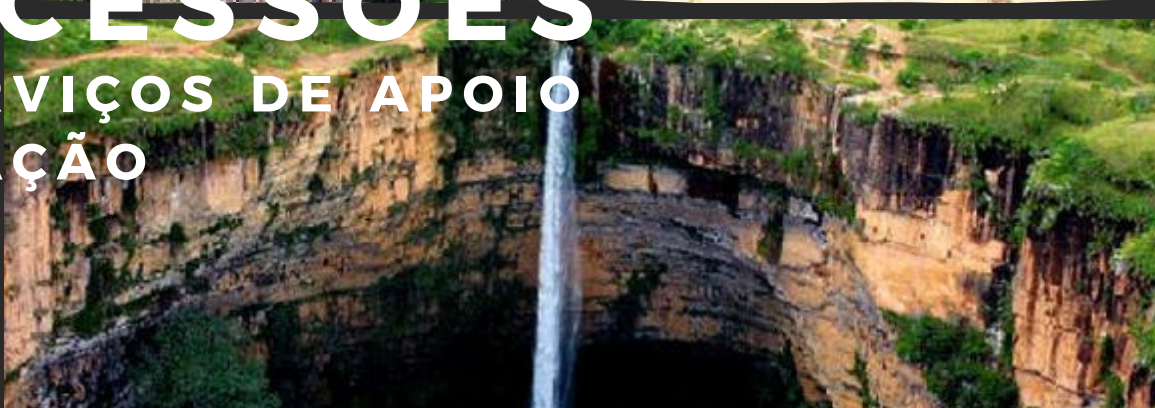


RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO 2024



INSTITUTO CHICO MENDES
DE CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE
ICMBIO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva - **Presidente**

Geraldo Alckmin - **Vice-Presidente**

Ministério do Meio Ambiente

Marina Silva - Ministra

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Mauro Oliveira Pires - Presidente

Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN)

Iara Vasco Ferreira - Diretora

Coordenação-Geral de Uso Público e Serviços Ambientais (CGEUP)

Carla Guaitanelle - Coordenadora-Geral

Coordenação de Gestão dos Instrumentos de Delegações (COGED)

Thais Xavier Nunes – Coordenadora

Colaboradores

Aleksander Cesar Krawttschuk

André Afonso Ribeiro

Bruno Soares Lintomen

Cristhophe Saldanha Balmant

Daniel Portela

Eridiane Lopes

Felipe Araújo

Fernando Ferreira

Fernando Francisco Xavier

Fernando Ramos Mendes

João Pedro Pereira Vilela

José Ulisses dos Santos

Karine Lacorte

Kelly Ferreira Cottens

Leonardo Teófilo da Silva Cândido

Mariana Dantas

Luiz Eugênio Junqueira de Oliveira

Mariana Egler

Maurício Sacramento

Nádia Raquel

Rafael Costa

Thais Rossi

Thais Xavier

Diagramação

Thais Xavier

Revisão

Bruna Freitas

Thifany Batista

Sumário

05	Introdução
06	Os Contratos
10	Política Tarifária
13	Receita Operacional Bruta, Outorgas, Repasses e Benefícios
17	Empregos Diretos e Terceirizados
18	CONTRATO 01/2010 - ILHA DO SOL
21	CONTRATO 136/2010 - ECONORONHA
25	CONTRATO 22/2015 - HELISUL TÁXI AÉREO
28	CONTRATO 01/2012 - PAINEIRAS - CORCOVADO
32	CONTRATO 01/2014 - TREM DO CORCOVADO
36	TERMO DE COMPROMISSO MITRA - ICMBIO
37	CONTRATO 02/2018 - PARQUETUR CHAPADA DOS VEADEIROS
41	CONTRATO 01/2019 - PARQUETUR ITATIAIA
44	CONTRATO 01/2021 - URBIA CÂNIONS VERDES
48	CONTRATO 02/2021 E 03/2021- PARQUESUL SÃO CHICO E CANELA

52	CONTRATO 01/2022 - URBIA CATARATAS
56	CONTRATO 01/2024- PARQUETUR CHAPADA DOS GUIMARÃES
59	CONTRATO 02/2024- URBIA CATARATAS JERICOACOARA
63	Pesquisa de Satisfação e Perfil do Visitante
65	Contrapartidas e Macrotemas
68	Investimentos Previstos
70	Garantias
71	Seguros
72	Termos Aditivos
73	Reequilíbrio Econômico - Financeiro

O relatório reflete os aperfeiçoamentos adotados desde a publicação da primeira edição, reafirmando o compromisso do Instituto com a boa governança, a transparência e a efetividade na gestão de parcerias público-privadas em áreas protegidas.



OS CONTRATOS

1.473 Empregos (diretos e terceirizados)	Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (Contrato de Concessão nº 01/2024)	Parque Nacional do Iguaçu (Contrato de Concessão nº 01/2022, Contrato de Concessão nº 22/2015 e Contrato de Concessão nº 01/2010)
Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral (Contrato de Concessão nº 01/2021)	522 Milhões Faturamento	Parque Nacional do Itatiaia (Contrato de Concessão nº 01/2019)
Parque Nacional de Jericoacoara (Contrato de Concessão nº 02/2024)	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (Contrato de Concessão nº 02/2018)	Parque Nacional da Tijuca (Contrato de Concessão nº 01/2014 e Contrato de Concessão nº 01/2012)
≈ 5 Milhões Visitas	Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (Contrato de Concessão nº 136/2010)	≈ 3 Milhões Benefícios Diretos

RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

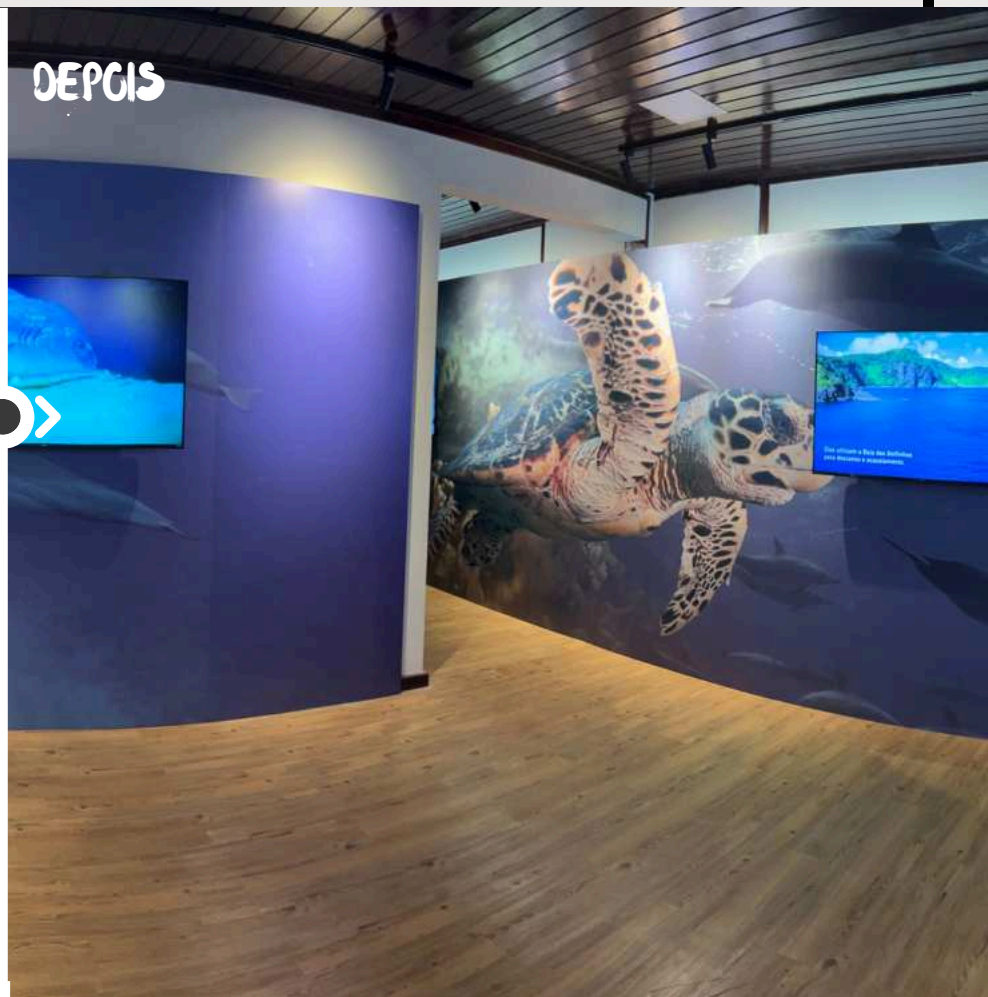


RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

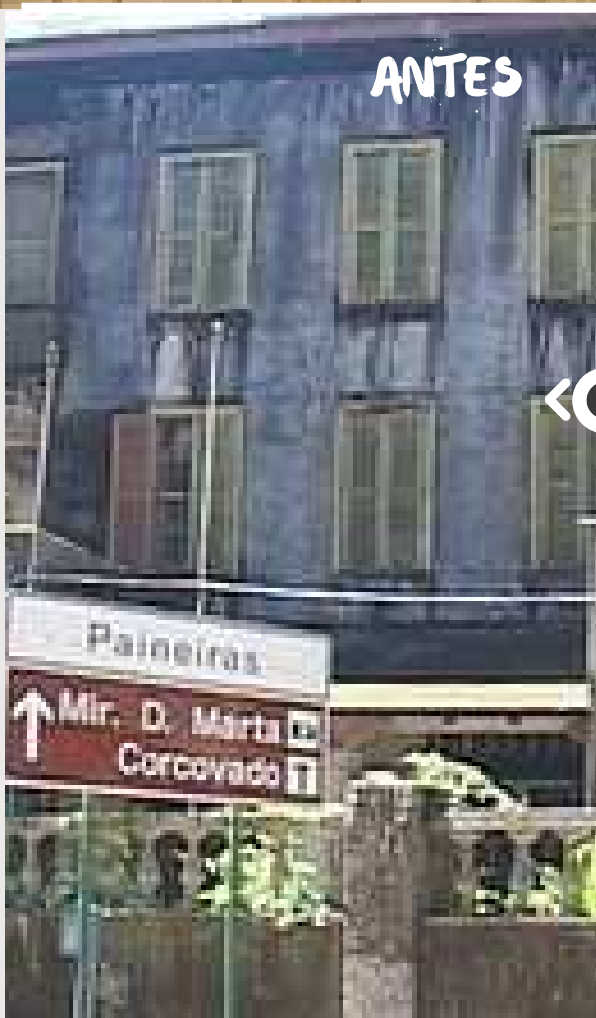
ANTES



DEPOIS



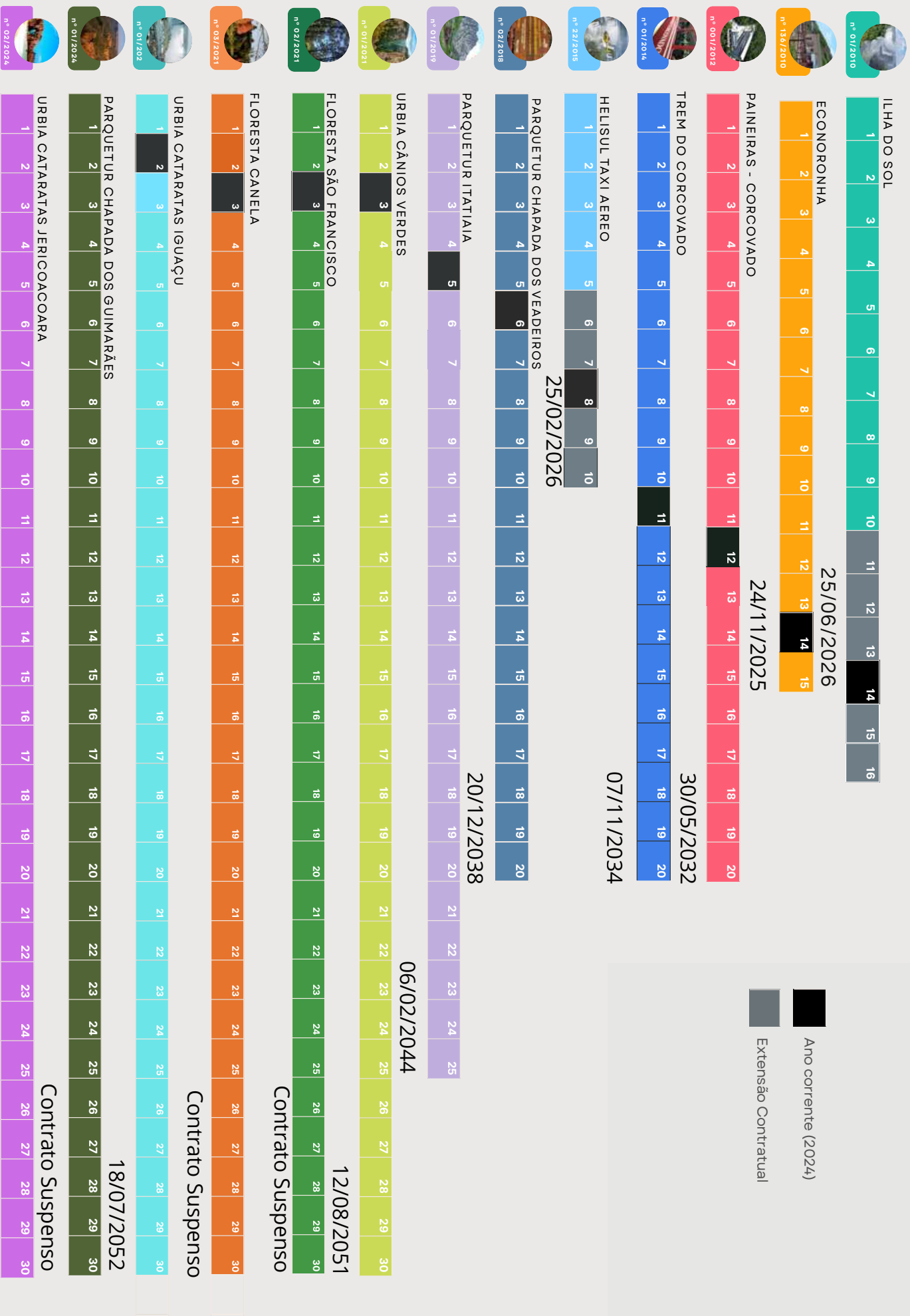
ANTES



DEPOIS



Duração dos contratos (em anos)



Sem data de eficácia

POLÍTICA TARIFÁRIA



- 7 contratos com cobrança de ingressos
- 2 contratos de serviços

Na primeira etapa (1998-2014), a regulação tarifária foi modelada através da publicação de portarias de cobrança do valor do ingresso e de serviços pelo ICMBio. Em outras palavras, os valores dos ingressos e dos serviços são definidos de forma fixa e não há possibilidade de oferecer descontos ou realizar promoções para os visitantes para além dos já estipulados nos contratos de concessão. Esse mecanismo se aplica ainda aos contratos do Parque Nacional da Tijuca, do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e do Parque Nacional do Iguaçu (Concessão Ilha do Sol).

Após 2018, na segunda etapa das Concessões, foi estabelecido o mecanismo Price Cap, no qual é estabelecido um teto pelo ICMBio e a concessionária pode operar com qualquer valor abaixo desse limite, mantidos os descontos e incentivos aos públicos prioritários obrigatórios estipulados em contrato e, supletivamente, pela Portaria MMA nº 256, de 10 de junho de 2020. São os contratos referentes aos seguintes parques: Parque Nacional do Iguaçu, Parque Nacional do Itatiaia, Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, Parque Nacional da Chapada dos Guimarães e Parque Nacional de Jericoacoara.



Clique no ícone e conheça os dados consolidados dos preços dos ingressos

Valor do ingresso 2024

Unidade de Conservação	Inteira	Crianças	Estudantes	PCD e acompanhante	Jovem CadÚnico	+60 anos	Mercosul	Entorno	Brasileiro	Outros descontos
Parque Nacional do Iguaçu (Urbia-Cataratas)	113						-20%	-90%		à critério da Concessionária
Parque Nacional de Aparados da Serra e da Serra Geral	102									à critério da Concessionária
Parque Nacional do Itatiaia	44	Isento 6 anos	-50%	-50%	-50%	-50%		-90%		à critério da Concessionária
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	47	Isento 6 anos	-50%	-50%	-50%	-50%		-90%		à critério da Concessionária
Parque Nacional da Tijuca (Trem de Corcovado)	52	Isento 6 anos	-50%	-50%	-50%	-50%		Solicitação ao ICMBio		
Parque Nacional da Tijuca (Palmeiras-Corcovado)	52	Isento 6 anos	-50%	-50%	-50%	-50%		Solicitação ao ICMBio		
Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	373	Isento 12 anos				Isento		Isento	-50%	Ingresso válido para 10 dias

Política tarifária

¹Contrato de Concessão. Previsão de 20 % de desconto para Mercosul e 90% para municípios lindóiros(Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel, Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, Ramiandia, Cêu Azul, Vera Cruz do Oeste, Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Santa Lúcia, Capitão Leonidas Marques e Capenema). Realjuse: Autorização SEI 19622355

²Contrato de Concessão. Realjuse: Autorização SEI 19622355

³Portaria MMA nº256/2020. Desconto 90% para os municípios do entorno (Itatiaia/RJ, Resende/RJ, Bocaina de Minas/MG e Itamonte/MG), conforme Ordem de Serviço Parana Itatiaia nº. 08/2013, de 10/04/2013. Realjuse: Autorização SEI 20313813

⁴Portaria MMA nº256/2020. Realjuse: Autorização SEI 20366395

⁵Contrato de Concessão. A Concessionária poderá, mediante comunicação prévia e solicitação conjunta com a Concessionária Palmeiras- Corcovado, requisitar ao Concedente a aplicação de um desconto para moradores do Município do Rio de Janeiro. Esse desconto não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso e será aplicável apenas em períodos específicos, que devem ser previamente autorizados pelo Poder Concedente. O desconto aprovado será aplicável simultaneamente às duas concessionárias. Realjuse: Portaria ICMBio nº 3.502/2024

⁶Contrato de Concessão. A Concessionária poderá, mediante comunicação prévia e solicitação conjunta com a Concessionária Trem do Corcovado, requisitar ao Concedente a aplicação de um desconto para moradores do Município do Rio de Janeiro. Esse desconto não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso e será aplicável apenas em períodos específicos, que devem ser previamente autorizados pelo Poder Concedente. O desconto aprovado será aplicável simultaneamente às duas concessionárias. Realjuse: Portaria ICMBio nº 3.502/2024

⁷Portaria MMA nº366/2009. Realjuse: Portaria ICMBio nº 3.502/2024

RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

Em 2024, os contratos de concessão nas unidades de conservação federais registraram um total de 5.226.327 visitantes, sendo 7,8% deste público isento (407.383 visitantes). O maior registro foi observado no Parque Nacional do Iguaçu, com 1.893.116 visitantes (contrato Urbia Cataratas). Em seguida, no Parque Nacional da Tijuca, com 1.261.953 (contrato do Trem do Corcovado) e 1.246.970 visitantes (contrato das Paineiras-Corcovado). Estes três contratos totalizam 86% do número total de visitantes registrados.

Os dados reforçam a importância do modelo de concessões na gestão da visitação, promovendo geração de receitas, melhoria dos serviços e ampliação do acesso qualificado às unidades de conservação.

Contrato	Pagantes	Isentos	Total
Concessão nº 001/2022 (Urbia Cataratas)	1.753.812	139.304	1.893.116
Concessão nº 22/2015 (Helisul)	67.305	-	67.305
Concessão nº 01/2014 (Trem do Corcovado)	1.220.233	41.720	1.261.953
Concessão nº 01/2012 (Paineiras Corcovado)	1.068.740	178.230	1.246.970
Concessão nº 01/2010 (Ilha do Sol)	278.736	11.117	289.853
Concessão nº 136/2010 (Econoronha)	116.229	15.274	131.503
Concessão nº 01/2021 (Urbia Cânions Verdes)	93.603	5.121	98.724
Concessão nº 02/2018 (Parquetur Veadeiros)	91.276	5.651	96.927
Concessão nº 01/2019 (Parquetur Itatiaia)	129.010	10.966	139.976
Total Geral	4.818.944	407.383	5.226.327

RECEITA OPERACIONAL BRUTA, OUTORGAS, REPASSES E BENEFÍCIOS

Durante o ano de 2024, os contratos de concessão firmados pelo ICMBio apresentaram resultados significativos, tanto em termos de arrecadação quanto de repasses financeiros ao poder público, além da geração de benefícios socioambientais para as unidades de conservação e seu entorno.

A Receita Operacional Bruta da Concessão (ROB) é o total de valores arrecadados pela concessionária com a prestação dos serviços previstos no contrato de concessão. Isso inclui, por exemplo, a receita obtida com a venda de ingressos, estacionamento, locações, atividades comerciais, pacotes turísticos e outros serviços autorizados relacionados à visitação.

O faturamento acumulado pelos contratos ativos ultrapassou R\$ 580 milhões, que inclui todas as receitas obtidas com a concessão. Entre os contratos com maior volume arrecadado, destacam-se o Contrato de Concessão nº 01/2022 (Urbia-Cataratas) do Parque Nacional do Iguaçu, com mais de R\$ 252 milhões arrecadados, e os Contratos nº 01/2014 (Trem do Corcovado) e nº 01/2012 (Paineiras-Corcovado), com R\$ 124 milhões e R\$ 96 milhões arrecadados, respectivamente.



RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

A Receita Operacional Bruta (ROB), ou valor equivalente, apresentada neste relatório corresponde à nomenclatura adotada em cada contrato para fins de cálculo da outorga devida ao ICMBio. Considerando que cada contrato define e utiliza esse conceito de forma particular, os valores foram agrupados separadamente das receitas da concessão, de modo a preservar a coerência e a comparabilidade das informações. Além disso, os contratos do Parque Nacional da Tijuca preveem repasses provenientes da arrecadação de ingressos, que já somam R\$ 48 milhões.

As outorgas se referem à contraprestação financeira devida pelo concessionário ao ICMBio pelo direito de explorar economicamente determinado serviço ou bem público. Esses percentuais variam entre 1,6% e 27,08% nos contratos celebrados com o instituto, totalizando cerca de R\$ 15 milhões recebidos em 2024 pelo ICMBio.

Destaca-se que, no caso do contrato do Trem do Corcovado, houve uma redução significativa nos valores repassados a título de outorga e repasse dos ingressos. Isso ocorreu em função do reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro no valor de R\$ 115,4 milhões (valor nominal), formalizado no 5º Termo Aditivo (SEI nº 11933964), celebrado em setembro de 2022. Como medida de recomposição do equilíbrio contratual, foram implementadas, de forma transitória, a redução de 90% no valor da outorga fixa mensal e a diminuição do percentual de repasse da bilheteria, que passou de 100% para 50% durante o período de recomposição. Em função disso, o valor debitado do total devido pela concessionária ao ICMBio, no exercício de 2024, totalizou R\$ 31.352.849,33 (valor nominal).

Cabe destacar que os contratos mais recentes, como o da Urbia Cataratas (Iguaçu) e da Urbia Cânios Verde (Aparados da Serra e Serra Geral), ainda não iniciaram a cobrança de outorga conforme previsto contratualmente, que ocorre apenas a partir do 49º mês de vigência.





Para além dos repasses financeiros, os contratos de concessão têm promovido benefícios relevantes à gestão das unidades e às comunidades locais. No campo dos benefícios contratuais, foram executadas contrapartidas que somaram R\$ 2,86 milhões, abrangendo iniciativas como programas de voluntariado, horas de voo no apoio operacional, diárias de embarcação, programas socioambientais, bonificações para fomento à economia local e atividades educativas. Os repasses realizados no âmbito do Termo de Compromisso com a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro totalizaram R\$ 11.431.482,88, para a manutenção do monumento Cristo Redentor.

Esses resultados evidenciam o potencial das concessões como instrumentos de conservação e de qualificação do uso público nas unidades de conservação federais. Destaca-se que outros benefícios não monetários — como investimentos em infraestrutura, qualificação de serviços, acessibilidade e melhoria na experiência dos visitantes — são detalhados nos relatórios específicos de acompanhamento contratual.

Contrato	Unidade de Conservação	Receitas da Concessão
Contrato de Concessão nº 001/2022 ¹	Parque Nacional do Iguaçu (Urbia-Cataratas)	R\$ 252.075.141,00
Contrato de Concessão nº 01/2021 ²	Parque Nacional de Aparados da Serra e da Serra Geral (Urbia Cânios-Verdes)	R\$ 7.270.000,00
Contrato de Concessão nº 01/2019 ³	Parque Nacional do Itatiaia	R\$ 2.928.281,14
Contrato de Concessão nº 02/2018 ⁴	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	R\$ 3.994.051,07
Contrato de Concessão nº 22/2015 ⁵	Parque Nacional do Iguaçu (Helisul)	
Contrato de Concessão nº 01/2014 ⁶	Parque Nacional da Tijuca (Trem de Corcovado)	R\$ 124.043.980,00
Contrato de Concessão nº 01/2012 ⁷	Parque Nacional da Tijuca (Paineiras-Corcovado)	R\$ 96.019.168,79
Contrato de Concessão nº 136/2010 ⁸	Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha	R\$ 23.418.819,44
Contrato de Concessão nº 01/2010 ⁹	Parque Nacional do Iguaçu (Ilha do Sol)	Sem Informação

¹Valor total arrecadado com bilheteria (R\$152.626.000), venda de mercadorias (R\$ 82.656.000), serviços adicionais (R\$ 16.787.000), serviços terceirizados (R\$ 5.471.000) e patrocínio (R\$ 670.000).

² Valor total arrecadado com bilheteria (R\$ 5.134.000), Eventos e Atrativos (R\$ 585.000), venda de mercadorias (R\$ 537.000), estacionamento (R\$ 437.000) e patrocínio (R\$ 321.000,00), mobilidade (R\$ 173.000) e cessão de uso (R\$ 83.000,00).

³Valor total arrecadado com serviços prestados (R\$ 2.885.408,84) e locação e eventos (R\$ 42.872,30).

⁴Valor total arrecadado com serviços prestados (R\$ 3.187.000,00) e locação e eventos (R\$ 76.000,00).

⁵ Sem Informação

⁶ Valor arrecadado com bilheteria - Transporte Trem (R\$ 77.801.688), aluguel de lojas (R\$ 1.208.014), Trem Vip (R\$ 297.013), Taxa de administração do Termo de Cooperação ICMBio-Mitra (R\$ 303.064,36), bilheteria de acesso monumento com pagamento a vista (R\$ 6.895.547), bilheteria de acesso ao monumento com pagamento a prazo (R\$ 31.757.469) e Repasse referente ao termo de compromisso ICMBio-Mitra (R\$ 5.781.184,64).

⁷Valor arrecadado com venda de ingresso (R\$ 38.545.099,44), revenda de mercadorias (R\$ 18.387.000), transporte interno (R\$ 29.394.000), Taxa de administração do Termo de Cooperação ICMBio-Mitra (R\$ 617.000), serviços terceirizados (R\$ 3.330.000), patrocínios (R\$5.000) e Repasse referente ao termo de compromisso ICMBio-Mitra (R\$ 572.228,70).

⁸Valor arrecadado com venda de ingresso (R\$ 22.606.05) , Repasse ao ICMBio de convidados da Concessionária (R\$ 25.760,44) e serviços terceirizado (R\$ 787.000).

⁹Em apuração. Valor declarado pela concessionária.

Receita Operacional Bruta, Outorgas, Repasses e Benefícios

Contrato	Unidade de Conservação	ROB (ou Valor Equivalente)	Benefícios *	Repassse	Outorgas	Termo de Compromisso MITRA
Contrato de Concessão nº 001/2022 ¹	Parque Nacional do Iguaçu (Urbia-Cataratas)	R\$ 252.075.141,00				
Contrato de Concessão nº 01/2021 ²	Parque Nacional de Aparados da Serra e da Serra Geral (Urbia Cânios-Verdes)	R\$ 7.270.000,00				
Contrato de Concessão nº 01/2019 ³	Parque Nacional do Itatiaia	R\$ 3.069.217,48	R\$ 727.971.19		R\$ 63.350,80	
Contrato de Concessão nº 02/2018 ⁴	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	R\$ 3.994.051,07	R\$ 296.081,17		R\$ 631.051,07	
Contrato de Concessão nº 22/2015 ⁵	Parque Nacional do Iguaçu (Helisul)		R\$ 696.921,55			
Contrato de Concessão nº 01/2014 ⁶	Parque Nacional da Tijuca (Trem de Corcovado)	R\$ 79.609.779,36	R\$ 292.945,84	R\$ 17.324.655,12	R\$ 1.440.280,72	R\$ 5.781.184,64
Contrato de Concessão nº 01/2012 ⁷	Parque Nacional da Tijuca (Paineiras-Corcovado)	R\$ 58.837.861,66		R\$ 31.440.099,44	R\$ 2.663.645,34	R\$ 5.741.207,69
Contrato de Concessão nº 136/2010 ⁸	Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha	R\$ 20.071.000,00	R\$ 218.667,33		R\$ 3.322.059,00	
Contrato de Concessão nº 01/2010 ⁹	Parque Nacional do Iguaçu (Ilha do Sol)	R\$ 97.600.082,10 ¹⁰	R\$ 628.830,00		R\$ 7.179.176,57	

¹Valor total arrecadado com a cobrança de ingressos e receitas acessórias: Outorga: 7% da Receita Operacional Bruta, porém somente será iniciada sua cobrança no 49º mês contado da vigência contratual (01/12/2022).

²Valor total arrecadado com a cobrança de ingressos e outras receitas: Outorga: 1,6% da Receita Operacional Bruta, porém somente será iniciada sua cobrança no 49º mês de vigência contratual.

³Valor total arrecadado com a cobrança de ingressos: Benefícios: Contrapartida anual foi de R\$ 398.775,27 (SEI 17776063), equivalente ao valor original previsto reajustado pelo IPCA. No caso dos recursos financeiros originários do acordo substitutivo de multa, o ano 2 contou com reajuste anual do valor original, total de R\$ 329.195,92 (SEI 17776063), valor total de R\$ 2.433.620,18 em 10 anos. Outorga: 2% sobre a Receita Operacional Bruta (venda de ingressos + receitas acessórias).

⁴Valor total arrecadado com a prestação dos serviços de cobrança de ingresso, camping, transporte interno e repasse da loja de souvenir e lanchonete subcontratadas. Outorga: 27,08% por cento sobre a Receita Operacional Bruta. Contudo, devido à bonificação, a concessionária recolheu, a partir de fevereiro, o percentual de 18,29%. Benefício: Bonificação com compra de produtos locais, contratação e capacitação do entorno.

⁵Valor total de horas de voo utilizadas pelo ICMBio no ano de 2024. Outorga: A outorga paga anualmente é calculada sobre o saldo de horas voos não utilizadas pelo Parque Nacional do Iguaçu. Dessa forma, a outorga para 2024 correspondeu a um saldo de 0 horas voos não utilizadas em 2023. O valor corrigido do custo operacional da hora de voo foi R\$ 5.455,35 (SEI 19033829). Benefício: horas de voo utilizadas.

⁶Valor total arrecadado com a venda de ingressos, aluguel das lojas, freteamento do Trem e Termo de Compromisso com a Mitra. Repasse: Repasse 100% do valor do ingresso de acesso ao Parque. Entretanto, o valor de repasse foi temporariamente alterado para 50% devido ao reequilíbrio contratual. Outorga: O contrato dispõe sobre o pagamento de uma outorga fixa (com parcelas iguais e sucessivas ao longo do ano) e uma outorga variável (9,99% sobre a Receita Operacional Bruta). Além disso, devido ao reequilíbrio, ficou estabelecida a redução de 90% no valor de repasse da outorga fixa mensal durante o período de recomposição. Benefício: Previsão contratual de custo com contrapartida do Programa Socioambiental em 2024.

⁷Valor total arrecadado com a receita sobre serviços (bilheteria, transporte, outras receitas) e a receita sobre vendas (alimentos, souvenirs) (TC da Mitra). Repasse: conforme o contrato, será retido pelo Concessionário 17,5% do valor arrecadado com a cobrança de ingresso, sendo devido ao ICMBio o percentual de 82,5%. Outorga: Outorga de 5,11% da Receita Operacional Bruta, descontados os valores pagos a título de outorga fixa mensal efetuada.

⁸Valor total arrecadado com a cobrança de ingressos: Benefícios: Valor destinado ao programa de voluntariado, conforme solicitação. Outorga: 14,7% da arrecadação dos ingressos, descontados os custos mensais com o programa de voluntariado e acrescido o valor dos ingressos de visitantes convidados.

⁹Valor total arrecadado com o Passeio Marcuco. Benefício: 85 diárias de embarcação com um custo unitário de R\$ 7.398,00, total R\$628.830,00 Outorga: 8% sobre a receita auferida com a venda de cada passeio do Macuco Tradicional. ¹⁰ Em apuração.

*É importante ressaltar que este relatório não inclui todos os benefícios gerados. Os benefícios adicionais serão apurados e detalhados nos relatórios subsequentes.

EMPREGOS DIRETOS E TERCEIRIZADOS

Contrato	Unidade de Conservação	Empregos Diretos	Empregos Terceirizados
Contrato de Concessão nº 02/2024	Parque Nacional de Jericoacoara	48	Sem Informação
Contrato de Concessão nº 01/2022	Parque Nacional do Iguaçu (Urbia-Cataratas)	420	264
Contrato de Concessão nº 01/2021	Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral	60	Sem Informação
Contrato de Concessão nº 01/2019	Parque Nacional do Itatiaia	36	3
Contrato de Concessão nº 02/2018	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	22	Sem Informação
Contrato de Concessão nº 22/2015	Parque Nacional do Iguaçu (Helisul)	23	Sem Informação
Contrato de Concessão nº 01/2014	Parque Nacional da Tijuca (Trem de Corcovado)	65	113
Contrato de Concessão nº 01/2012	Parque Nacional da Tijuca (Paineiras-Corcovado)	135	97
Contrato de Concessão nº 136/2010	Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha/PE	88	19
Contrato de Concessão nº 01/2010	Parque Nacional do Iguaçu (Ilha do Sol)	80	Sem Informação

Fonte: Aparados da Serra, Itatiaia, Noronha (RAG); Paineiras (RAF Administrativo).

As concessões de serviços de apoio à visitação em unidades de conservação federais seguem desempenhando um papel relevante na geração de empregos. Em 2024, observou-se um aumento no número de empregos diretos em comparação a 2023, passando de aproximadamente 1.246 para 1.473 postos de trabalho. Destaca-se, nesse contexto, o crescimento registrado no Parque Nacional do Iguaçu (Urbia-Cataratas), que ampliou seu quadro de 400, em 2023, para 420 empregos diretos em 2024.

Esse incremento reflete tanto o aperfeiçoamento do controle do indicador pelo ICMBio, com a incorporação dos dados de empresas terceirizadas, quanto a efetiva expansão das atividades e dos serviços ofertados nas unidades, evidenciando o impacto positivo das concessões na dinamização da economia local e na consolidação do turismo ecológico nas unidades de conservação federais.

CONTRATO N° 01/2010

ILHA DO SOL



CONTRATO N° 01/2010 - ILHA DO SOL

1. Informações gerais do contrato:

O presente contrato de concessão, firmado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Ilha do Sol Agência de Viagens LTDA., abrange a operação de serviços turísticos no Parque Nacional do Iguaçu. A concessão tem como objetivo principal a realização de passeios de barco fluvial até o limite de navegabilidade das Cataratas do Iguaçu, oferecendo também atividades como caminhadas em trilhas, rafting, cachoeirismo e transporte terrestre entre a recepção e o Porto do Macuco. O contrato, inicialmente com vigência de 10 anos, foi prorrogado no ano de 2010 por mais 5 anos, estendendo-se até 25 de junho de 2025.

2. Dados operacionais:

Durante o período de vigência do contrato, foi alcançado o número de 289.853 visitas, sendo 278.736 visitantes pagantes e 11.117 isentos. A arrecadação total da com a venda de ingressos foi de R\$ R\$ 97.600.082,10. O ICMBio recebeu cerca de 8,1% deste montante a título de outorga (R\$ 7.808.006,57). Após a dedução de R\$ 628.830,00, correspondentes a despesas do ICMBio com diárias de embarcação utilizadas em atividades de fiscalização do parque, monitoramento e apoio a projetos, o valor líquido da outorga totalizou R\$ 7.179.176,57. Ressalta-se que, durante o período, não houve reajuste no valor do ingresso.



289.853 visitantes

R\$ 97.600.082,10 (Receita de Ingressos)

> 90% Pesquisa de Satisfação

80 funcionários (diretos)

Reequilíbrio financeiro

A concessionária solicitou um reequilíbrio econômico-financeiro em razão dos impactos da pandemia de COVID-19. A decisão sobre o reequilíbrio encontra-se pendente de análise.



RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

Duração
aproximada:
30 min - 7 h



3. Obras e investimentos realizados:

No ano de 2024, foram emitidos dois termos de recebimento definitivo. O primeiro se refere às reformas e obras realizadas na Estação de Embarque/Desembarque do passeio turístico "Macuco", e o segundo diz respeito à contrapartida de investimentos em melhorias de infraestrutura, no valor de R\$ 450.000,00, aplicados em diversas melhorias no Parque Nacional do Iguaçu. Dentre essas melhorias, destaca-se a conclusão da intervenção na Linha Martins (APEPU), que representa um avanço significativo na infraestrutura do parque e aprimora a experiência turística. Os visitantes podem percorrer trilhas até o rio Apepu, onde atravessam uma ponte pênsil e chegam a um quiosque confortável, proporcionando um momento de descanso. Após a pausa, a jornada continua pelas águas do rio, em um percurso de 20 quilômetros, permitindo a contemplação da rica flora e fauna do rio Iguaçu, com destaque para seus arquipélagos e lagoas. O trajeto também inclui uma parada em uma torre de observação, entre outros pontos de interesse.

4. Referências:

- Relatório de Fiscalização Técnica - RAF Técnico (021323987)
- Relatório de Fiscalização Técnica ANEXO - RAF Técnico (021323998)
- Relatório de Fiscalização Administrativo - RAF Administrativo (021297250)



No ano de 2024, foi aberto o processo administrativo sancionador (02070.016022/2024-79) devido ao suposto descumprimento, por parte da Concessionária, da obrigação sobre o registro e inventário de bens e instalações.

CONTRATO N° 136/2010 ECONORONHA



**Beleza exuberante:
até parece mágica!**

O ambiente marinho de Fernando de Noronha nos fascina pela sua exuberante beleza, seja próximo à superfície ou nas profundezas do mar.

Observe através dos "olhos mágicos" nos snorkels e veja algumas espécies marinhas do arquipélago citadas ao lado.



CONTRATO N° 136/2010 - ECONORONHA

1. Informações gerais do contrato:

O contrato n° 136/2010 estabelece a concessão de serviços e infraestrutura no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, sob a responsabilidade da Econoronha S.A. A concessionária foi incumbida de apoiar a visitação no parque, com atividades como a cobrança de ingressos e a exploração comercial em pontos de apoio, centro de visitantes e trilhas. A concessão tem vigência de 15 anos, iniciada em 24 de novembro de 2010, com término previsto para 24 de novembro de 2025, podendo ser prorrogada por mais 5 anos, caso o desempenho seja satisfatório. O valor total da concessão é projetado em R\$ 7.884.000,00, sendo a outorga variável de 14,7% sobre a receita gerada pela venda de ingressos.

2. Dados operacionais:

No ano de 2024, o número de visitas foi de 131.503, com um total de 116.229 pagantes e 15.274 isentos. A receita operacional bruta da Concessionária foi de R\$ 20.071.000,00. Considerando que a outorga variável é de 14,7% sobre a receita operacional bruta, foram repassados R\$ 3.322.059,00 ao ICMBio. A concessionária manteve 107 empregos diretos, sendo 88 funcionários próprios e 19 de empresas terceirizadas. Com relação às contrapartidas, foram executadas R\$ 218.667,33 em benefício do programa de voluntariado do ICMBio.



131.503 visitantes

R\$ 20.071.000,00 (Faturamento)

> 90% Pesquisa de Satisfação

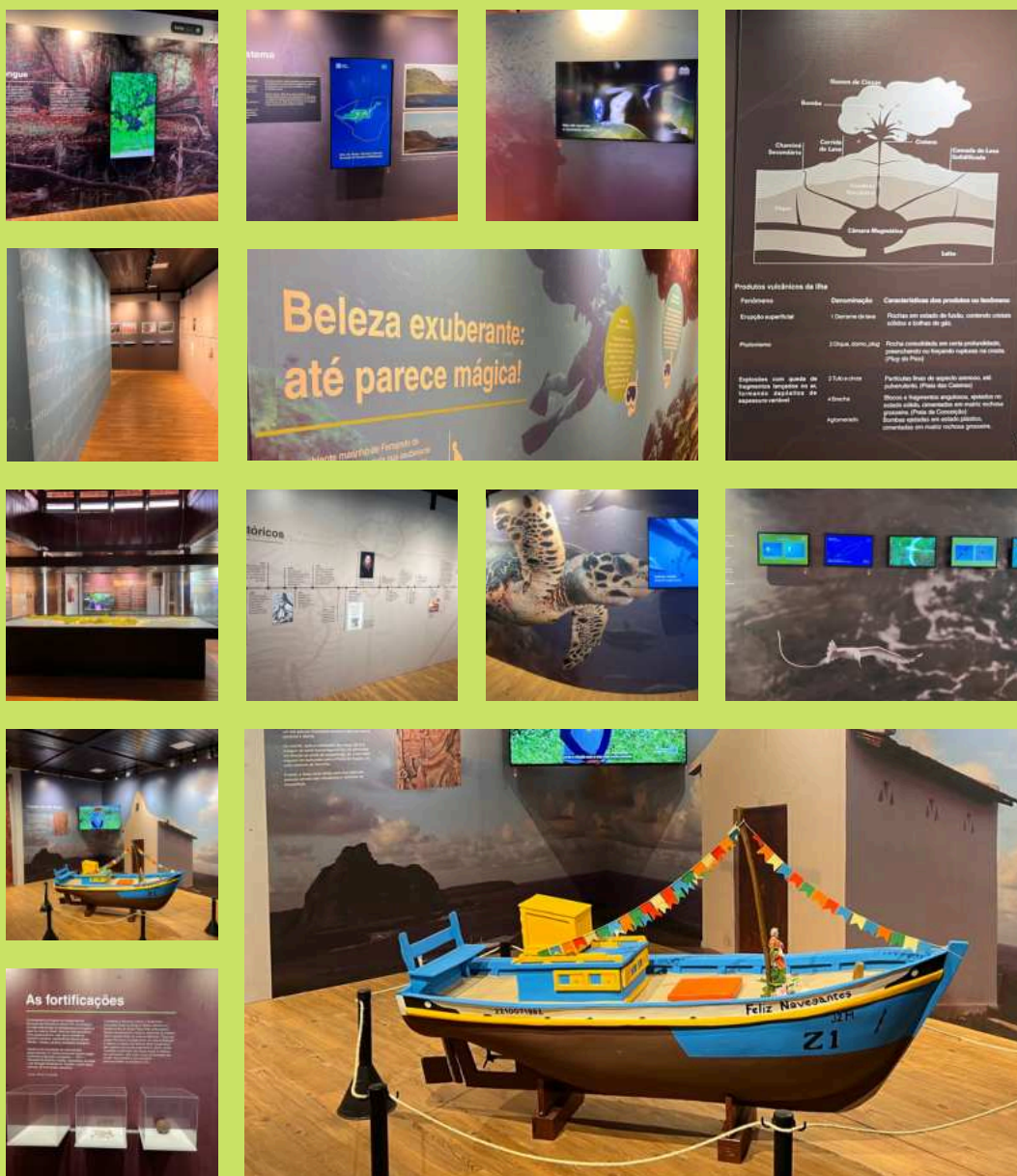
107 funcionários (diretos e terceirizados)

RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

3. Obras e investimentos realizados:

A concessionária demonstrou compromisso com a realização de investimentos em projetos socioambientais. Ao longo do ano, foram cultivadas 7.639 mudas e efetivamente plantadas 1.033, como parte das ações de recuperação ambiental. A readequação do traçado da trilha Golfinho-Sancho, com a implementação de medidas de contenção, contribuiu para a mitigação de riscos geológicos, assegurando maior segurança aos visitantes.

A exposição permanente do Centro de Visitantes foi inaugurada em setembro e entregue oficialmente em dezembro de 2024, marcando um avanço na experiência de visita.



EXPOSIÇÃO PERMANENTE "FERNANDO DE NORONHA: UMA ARQUITETURA MARINHA". INAUGURADA EM 13/09/2024

4. Avaliação:

A manutenção das trilhas e estradas ocorreu de forma satisfatória, e os Postos de Informação e Controle (PICs) funcionaram adequadamente durante o período avaliado.

De acordo com as avaliações feitas pelos usuários entrevistados na pesquisa de satisfação, a experiência no Parque Nacional tem obtido índices superiores a 90% (NPS). Ainda há certa confusão com relação à taxa de preservação ambiental e o ingresso do Parque. A grande maioria das reclamações e críticas formalizadas no NPS referem-se à infraestrutura e prestação de serviços da Ilha como um todo.

5. Reequilíbrio econômico-financeiro:

Constam três pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, motivados por fundamentos distintos: 1- Conta COVID – Processo SEI nº 02070.008628/2023-50. Requisição apresentada em razão dos impactos da pandemia de COVID-19. Status: Em análise pelo ICMBio. 2- Reequilíbrio em favor da Econoronha S/A – Processo SEI nº 02070.008628/2023-50. Pleito fundamentado na redução do Fluxo de Receitas, decorrente da ausência de cobrança de ingressos nos dois primeiros anos da concessão; não disponibilização do Centro de Visitantes pelo Poder Concedente; impossibilidade de execução do PIC e da Trilha do Mirante do Leão. Adicionalmente, a Concessionária alega investimentos realizados além do previsto contratualmente, tais como impossibilidade de reforma ou reconstrução da Sede Administrativa; incêndio que resultou na perda de materiais sob guarda do ICMBio; suspensão de trilhas e reconstrução do PIC Sueste. Status: Em análise pelo ICMBio, na instância recursal. 3- Reequilíbrio em favor do ICMBio – Processo SEI nº 02124.000186/2013-59, com documentação complementar no processo nº 02070.011817/2018-42. Trata-se de pedido do Poder Concedente em razão do repasse de outorga “a menor” por parte da Econoronha S/A no período de 2012 a 2014. Status: Indeferido.

6. Referências:

- Relatório de Fiscalização Técnica - RAF Técnico (021297262)
- Relatório de Fiscalização Técnica - RAF ANEXO (021297256)
- Relatório de Fiscalização Administrativo - RAF Administrativo (021297261)
- Relatório Anual de Gestão - RAG (021297265)

CONTRATO N° 22/2015 HELISUL TÁXI AÉREO



CONTRATO N° 22/2015 - HELISUL TÁXI AÉREO LTDA

1. Informações gerais do contrato:

O contrato n° 22/2015 refere-se à concessão para a operação de voos panorâmicos de helicóptero sobre as Cataratas do Iguaçu, com decolagens e pousos realizados em heliponto, localizado em área externa ao Parque Nacional do Iguaçu (UC). A concessionária responsável pela execução dos serviços é a Helisul Táxi Aéreo LTDA., uma empresa especializada no segmento de transporte aéreo. O contrato tem vigência inicial de 5 anos, com prorrogação estabelecida por mais 4 anos, ou seja, até 25 de fevereiro de 2026. O valor total do contrato é de R\$ 156.419.170,46, incluindo os investimentos realizados, o valor das horas de voo disponibilizadas ao ICMBio e o faturamento bruto. A concessão, estabelecida por meio de uma outorga fixa de R\$ 2.250.000,00 é convertida em 120 horas de voo por ano para o ICMBio.

2. Dados operacionais:

Em 2024, o serviço de voos panorâmicos da Helisul registrou 67.305 visitantes, representando um aumento em relação ao ano anterior, que contabilizou 62.929. A concessionária opera com sistema informatizado de bilhetagem, que permite a venda de ingressos online e a coleta presencial obrigatória dos dados dos passageiros antes do embarque. O sistema atende integralmente às exigências contratuais. A operação atendeu clientes provenientes de 114 países, com maior fluxo de turistas do Brasil, Estados Unidos, Argentina, Espanha e China. A concessionária empregou, em 2024, um total de 23 trabalhadores diretos.



3. Termo Aditivo:

Um segundo termo aditivo foi assinado em fevereiro, prorrogando o contrato até 25 de fevereiro de 2026. Essa prorrogação foi acordada de forma excepcional, sem previsão de nova renovação do contrato após esse prazo.

4. Avaliação:

O serviço prestado pela Helisul Táxi Aéreo Ltda. em 2024 mantém-se dentro dos parâmetros previstos no contrato. Na gestão ambiental, o Sistema de Gestão Ambiental está implementado e mantém a certificação ISO 14001:2015. Entre as ações estão a gestão de resíduos, incluindo resíduos perigosos, o controle de efluentes, o monitoramento da qualidade da água e a realização de auditorias ambientais periódicas. A Estação de Tratamento de Efluentes encontra-se em operação, com acompanhamento mensal e inspeções quinzenais.

Em relação à segurança operacional, a Helisul mantém o Manual de Gerenciamento de Segurança Operacional, alinhado às normas da ANAC e ao Código Brasileiro de Aeronáutica. As operações seguem rigorosamente os requisitos dos regulamentos RBAC 91, 119, 133, 135 e 145, o que classifica a empresa na categoria de alta complexidade operacional.

5. Referências:

- Relatório de Fiscalização Técnica - RAF Técnico (021427800).
- Relatório de Fiscalização Administrativo - RAF Administrativo (021297252)



67.305 visitantes

23 empregos (diretos)

CONTRATO N° 01/2012 PAINEIRAS CORCOVADO



CONTRATO N° 01/2012 - PAINEIRAS CORCOVADO

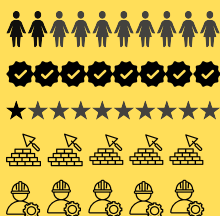
1. Informações gerais do contrato:

O contrato nº 01/2012 tem como objeto a concessão de serviços no Parque Nacional da Tijuca, especificamente no trecho Paineiras - Corcovado. A concessionária responsável por sua execução é a Paineiras-Corcovado S.A., que atua no controle de acesso rodoviário, transporte de visitantes e serviços diversos, como cobrança de ingressos, estacionamento, alimentação, lojas de conveniência e Centro de Visitantes e Eventos.

A concessão possui vigência de 20 anos, com término previsto para 30 de maio de 2032, podendo ser prorrogada por mais 5 anos, caso a avaliação de desempenho seja positiva pela Comissão de Fiscalização. O valor da outorga é equivalente a 5,11% da Receita Operacional Bruta (ROB) anual da concessionária (descontado os valores repassados ao ICMBio pela cobrança de ingressos).

2. Dados operacionais:

O número de visitantes registrado durante o ano de 2024 foi de 1.068.740 pagantes, 86.011 não pagantes (idosos e crianças) e 92.219 isentos (guias de turismo e cortesias). Destaca-se a arrecadação de R\$ 58.837.861,66 em receita operacional bruta (ROB) da concessionária. A concessionária repassou ao ICMBio R\$ 31.440.099,44 provenientes da bilheteria à vista e a prazo. Foram pagos, também, R\$ 2.663.645,34 à título de outorga. Durante o período, a concessionária gerou 135 empregos diretos e 97 de empresas terceirizadas.



1.246.970 visitantes

R\$ 58.837.861,66 (Receita Operacional Bruta)

> 90% Pesquisa de Satisfação

Manutenção quinquenal da Casa do Administrador

232 empregos (diretos e terceirizados)



3. Obras e investimentos realizados:

Durante o ano de 2024, a principal obra realizada foi a manutenção quinquenal da Casa do Administrador, uma das estruturas-chave para a administração do parque.

4. Avaliação:

Em termos de desempenho, a concessionária Paineiras-Corcovado S.A. tem cumprido satisfatoriamente suas obrigações contratuais. Os serviços de acesso rodoviário, transporte de visitantes, cobrança de ingressos, alimentação, lojas de conveniência e Centro de Visitantes foram classificados como "ótimos" em termos de qualidade na pesquisa de satisfação.

5. Reequilíbrio Financeiro e Termos Aditivos:

Em 2024 foram firmados dois termos aditivos ao contrato de concessão. O primeiro reajustou o valor do repasse à Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, enquanto o segundo incorporou os Encargos Acessórios ao Contrato de Concessão, bem como as isenções e descontos de meia-entrada previstos nos artigos 5º e 6º da Portaria MMA nº 256/2020.

RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO



6. Referências:

- Relatório de Fiscalização Técnica - RAF Técnico ([021324127](#))
- Relatório de Fiscalização Administrativo - RAF Administrativo ([021297268](#)).

CONTRATO N° 01/2014

TREM DO CORCOVADO



CONTRATO N° 01/2014 - TREM DO CORCOVADO

1. Informações gerais do contrato:

O contrato de concessão celebrado entre o ICMBio e a concessionária Trem do Corcovado abrange o Parque Nacional da Tijuca, com o objetivo de ampliar, modernizar, manter e explorar os serviços de transporte ferroviário de passageiros na Estrada de Ferro do Corcovado, no trecho Cosme Velho – Corcovado. O contrato, com vigência de 20 anos (de 07/11/2014 a 07/11/2034), pode ser prorrogado por mais 5 anos. O valor total da outorga foi estimado em R\$ 297.230.377,00, sendo composta por uma outorga anual fixa de R\$ 382.000,00, e uma outorga variável de 0,999% sobre a Receita Operacional Bruta (ROB), com repasse de 50% da bilheteria.

2. Dados operacionais:

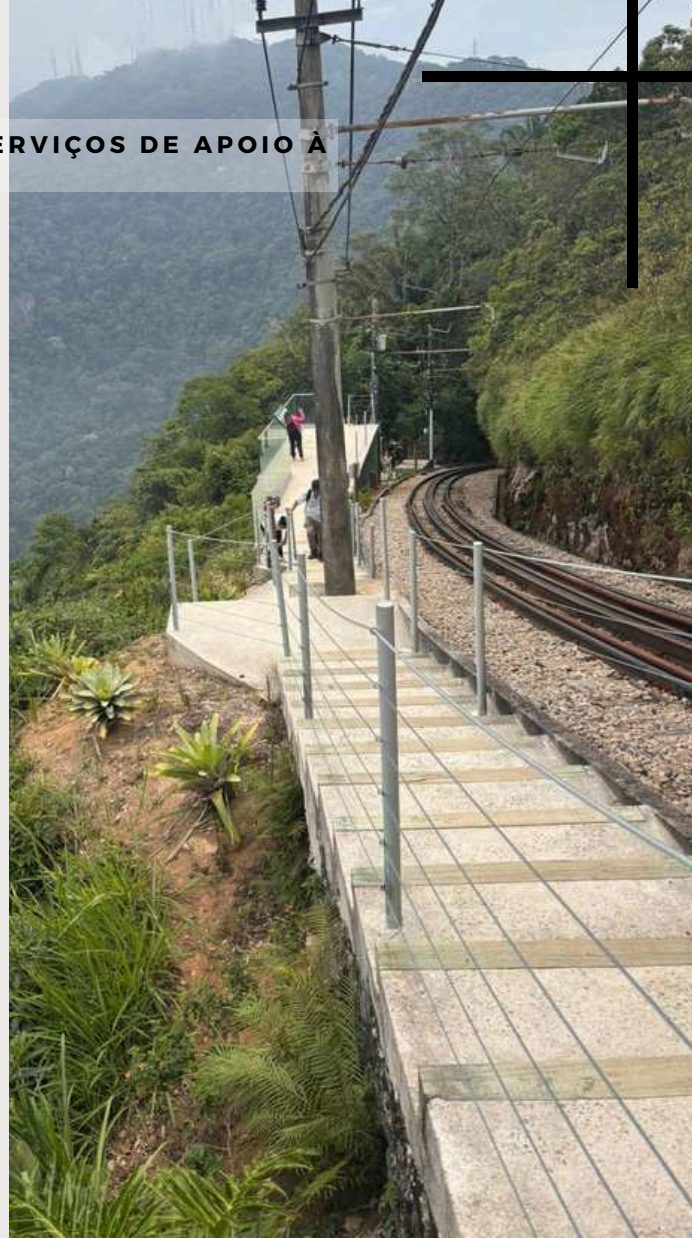
Em 2024, o Trem do Corcovado recebeu 1.261.953 visitantes, sendo 1.220.233 pagantes e 41.720 isentos. A arrecadação bruta da concessionária no período foi de R\$ 79.609.779,36. Desse total, foram repassados ao ICMBio R\$ 17.324.655,12, correspondente a R\$ 3.145.487,10 no exercício de 2024 e R\$ 14.179.168,02 a título de repasses a prazo. Ademais, foram repassados à título de outorga o valor total de R\$ 1.440.280,72, correspondente a R\$ 794.233,48 de outorga variável e R\$ 646.047,24 de outorga fixa. No que se refere à geração de empregos, foram registrados 65 postos de trabalho diretos e 113 empregos vinculados a empresas terceirizadas, que incluem serviços de alimentação, comércio de souvenirs e outras atividades de apoio à operação turística.

3. Obras e Investimentos Realizados:

Durante 2024, foram realizadas diversas obras e ações de manutenção, incluindo a implantação e operação do posto de primeiros socorros no Alto Corcovado, o monitoramento das encostas e drenagem da linha férrea e a conclusão da trilha Paineiras-Corcovado e do mirante “Cartão Postal”.



O trajeto abriga, ainda, uma nova atração: o mirante Cartão Postal, feito em vidro e com visão panorâmica do Rio de Janeiro. Localizado a cerca de 600 metros acima do nível do mar, ele permite observar a Lagoa Rodrigo de Freitas, as praias do Leblon, Zona Sul e outros pontos turísticos do Parque, como a Pedra da Gávea, por exemplo. A trilha é de dificuldade moderada, possui 1,15 km de extensão e, apesar de não ser longa, ela é íngreme, com ganho de elevação de 260 metros. O tempo estimado de caminhada é de 45 minutos, mas pode variar de acordo com o condicionamento físico de cada pessoa.

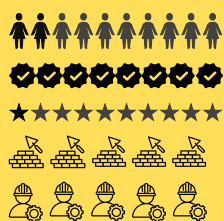


O novo caminho integra oficialmente o percurso total de 180 km da Trilha Transcarioca, que é a primeira trilha de longo curso nacional e que conecta diversas unidades de conservação do município do Rio de Janeiro. O novo percurso permite acesso ao monumento do Corcovado, permitindo que os visitantes tenham uma experiência mais completa, combinando a contemplação da cidade com uma imersão na Mata Atlântica.

4. Reequilíbrio Financeiro e Termos Aditivos:

Em 2024, foram assinados dois termos aditivos ao contrato de concessão do Trem do Corcovado. O primeiro autorizou a cobrança em favor da Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, destinado ao custeio de despesas e investimentos no Monumento do Cristo Redentor, com previsão de reajuste anual pelo IPCA. O segundo aditivo promoveu a atualização da política de ingressos, com a substituição da Portaria MMA nº 366/2009 pela Portaria MMA nº 256/2020, além de estabelecer a segregação de parte da arrecadação dos ingressos para custeio dos encargos acessórios, nos termos do artigo 14-C da Lei nº 11.516/2007.

RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO



1.261.953 visitantes
R\$ 79.609.779,36 (Faturamento)
> 90% Pesquisa de Satisfação
Trilha Paineiras – Corcovado
178 empregos (diretos e terceirizados)



5. Referências:

- Relatório de Fiscalização Administrativo - RAF Administrativo ([021297269](#)).

TERMO DE COMPROMISSO MITRA

O Termo de Compromisso firmado entre o ICMBio e a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, em 2022, tem como objetivo regular o uso, as responsabilidades e a gestão compartilhada no platô do Morro do Corcovado, dentro dos limites do Parque Nacional da Tijuca.

O acordo busca compatibilizar a gestão ambiental do Parque, sob responsabilidade do ICMBio, com a gestão do patrimônio religioso do Monumento Cristo Redentor, sob responsabilidade da Mitra.

O Termo reconhece o direito da Mitra de realizar livremente atividades pastorais, culturais, sociais e comerciais, bem como de participar da arrecadação dos ingressos vinculados ao acesso do Complexo Corcovado, por meio de instrumento específico.

Também define obrigações como o controle de acesso, respeito aos limites de circulação de veículos, cumprimento dos padrões ambientais (som, iluminação e uso do espaço), compartilhamento de imagens das câmeras de monitoramento e participação nas discussões sobre a gestão do Parque.

O ICMBio mantém seu poder de fiscalização, ordenamento do uso público e controle ambiental, bem como a prerrogativa de autorizar eventos no local, desde que respeitada a sacralidade do espaço.

O Termo tem validade de 10 anos, podendo ser prorrogado por igual período. Prevê ainda mecanismos de acompanhamento e fiscalização, como a criação de um Comitê de Monitoramento e Avaliação composto por representantes de ambas as partes e do IPHAN.

No ano de 2024, o ICMBio repassou à Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, por intermédio das concessionárias de serviços de uso público do Parque Nacional da Tijuca, o valor total de R\$ 11.431.482,88, sendo R\$ 5.781.184,64 provenientes da concessionária Trem do Corcovado e R\$ 5.650.298,24 da concessionária Paineiras Corcovado. Os valores informados já estão líquidos dos descontos aplicados a título de taxa de administração das concessionárias.



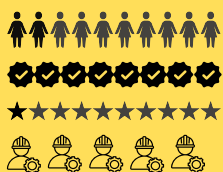
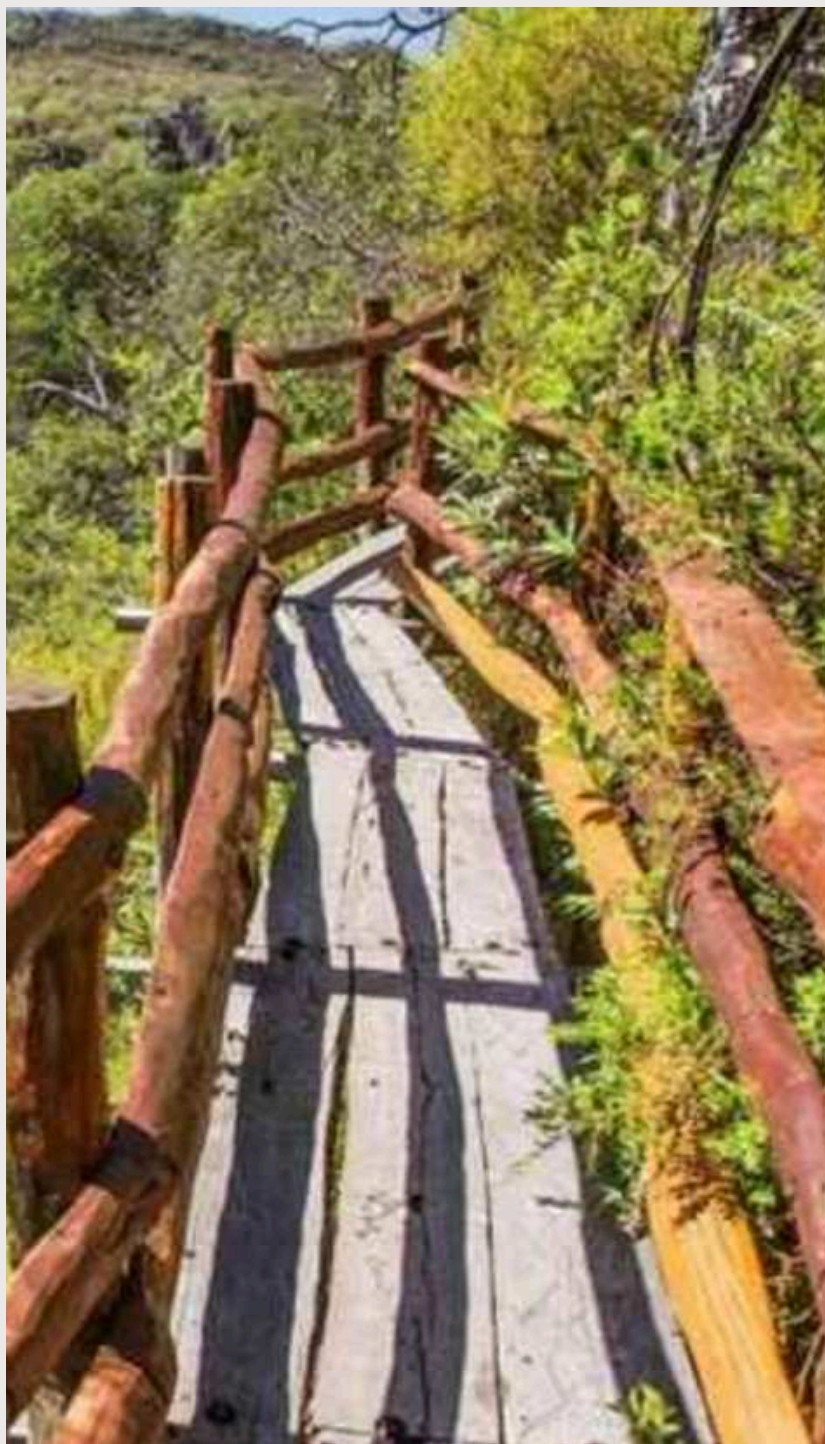
CONTRATO N° 02/2018 - PARQUETUR CHAPADA DOS VEADEIROS



CONTRATO N° 02/2018 - PARQUETUR CHAPADA DOS VEADEIROS

1. Informações gerais do contrato:

A concessão de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, administrada pela concessionária Parquetur Chapada dos Veadeiros, tem como objetivo a prestação de serviços relacionados ao controle de acesso e bilhetagem, recepção de visitantes, oferta de alimentação, operação de loja de conveniência, disponibilização de espaço para campismo e transporte interno no interior da unidade de conservação. O contrato possui vigência de 20 anos, compreendendo o período de 20 de dezembro de 2018 a 20 de dezembro de 2038. O valor estimado do contrato é de R\$ 16.289.446,02, correspondente à projeção da arrecadação de outorgas ao longo da vigência.



96.927 visitantes

R\$ 3.994.051,07 (Receita Operacional Bruta)

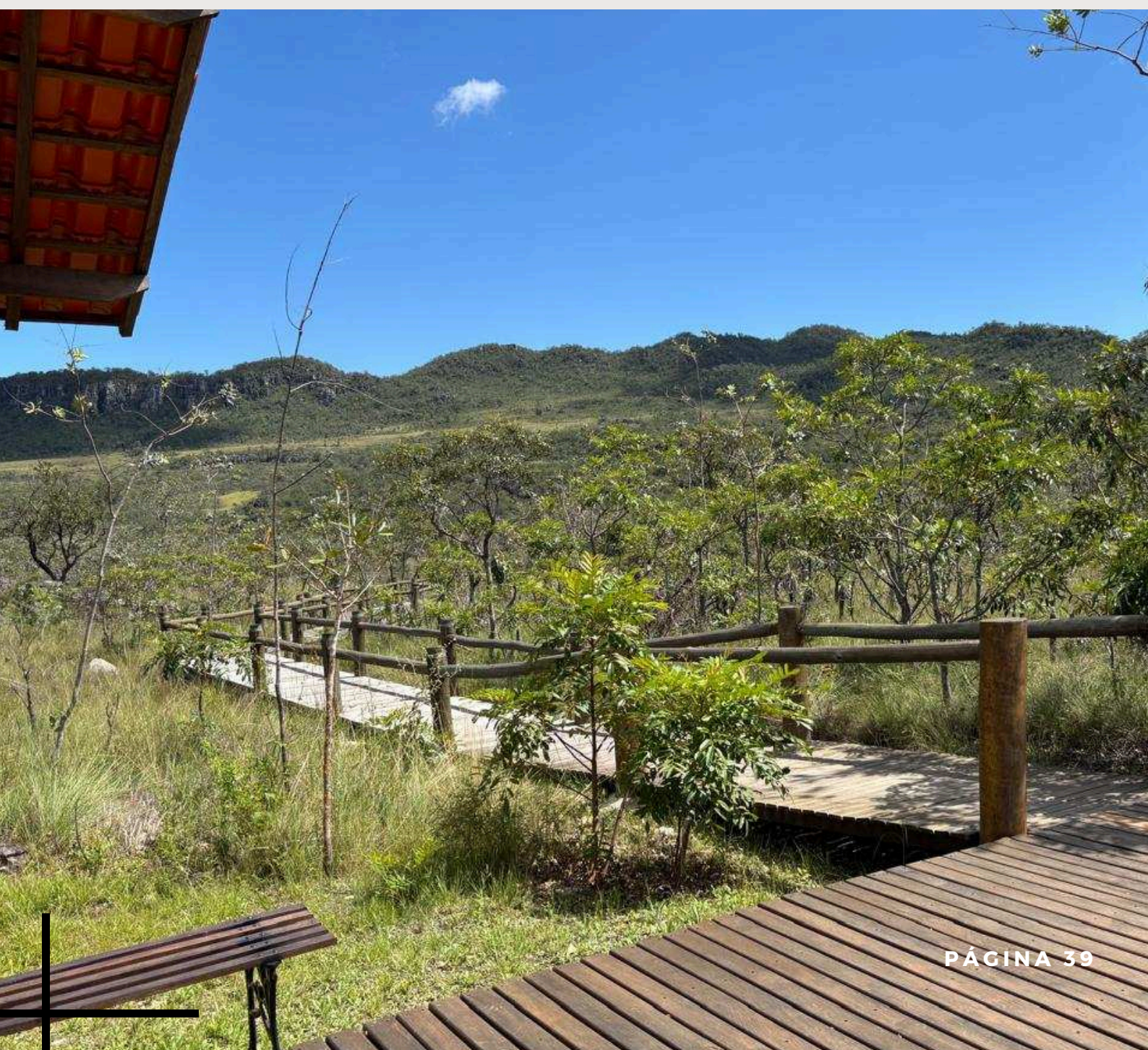
> 90% Pesquisa de Satisfação

22 funcionários (diretos)

RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

2. Dados operacionais:

No período de referência, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros recebeu um total de 96.927 visitantes, dos quais 91.276 foram pagantes e 5.651 foram isentos de pagamento. A arrecadação da concessionária no período resultou em uma Receita Operacional Bruta (ROB) de R\$ 3.994.051,07. Em cumprimento às obrigações contratuais, a concessionária repassou ao ICMBio o valor de R\$ 631.051,07, correspondente a 18,29% da ROB, percentual este fixado após a concessão de bonificação prevista contratualmente para o exercício de 2024 no valor de 18,25. Além disso, a operação da concessão gerou 22 empregos diretos.



RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

3. Avaliação:

As pesquisas de satisfação dos visitantes aplicadas no período entre julho/2023 e julho/2024 revelaram um índice geral de satisfação de 92,69%. Sobre a qualidade dos serviços prestados, atendimento aos visitantes, manutenção de estruturas e trilhas, considera-se que, de forma geral, a concessionária vem operando de forma satisfatória.

4. Reequilíbrio Financeiro e Termos Aditivos:

Segue em reanálise o pedido de reequilíbrio feito em 2020, relativo às possíveis perdas provocadas pelas restrições à visitação no período da pandemia da COVID-19.

5. Referências:

- Relatório de Fiscalização Técnica - RAF Técnico (021297184)
- Relatório de Fiscalização Administrativo - RAF Administrativo (021297183)



CONTRATO N° 01/2019

PARQUETUR ITATIAIA



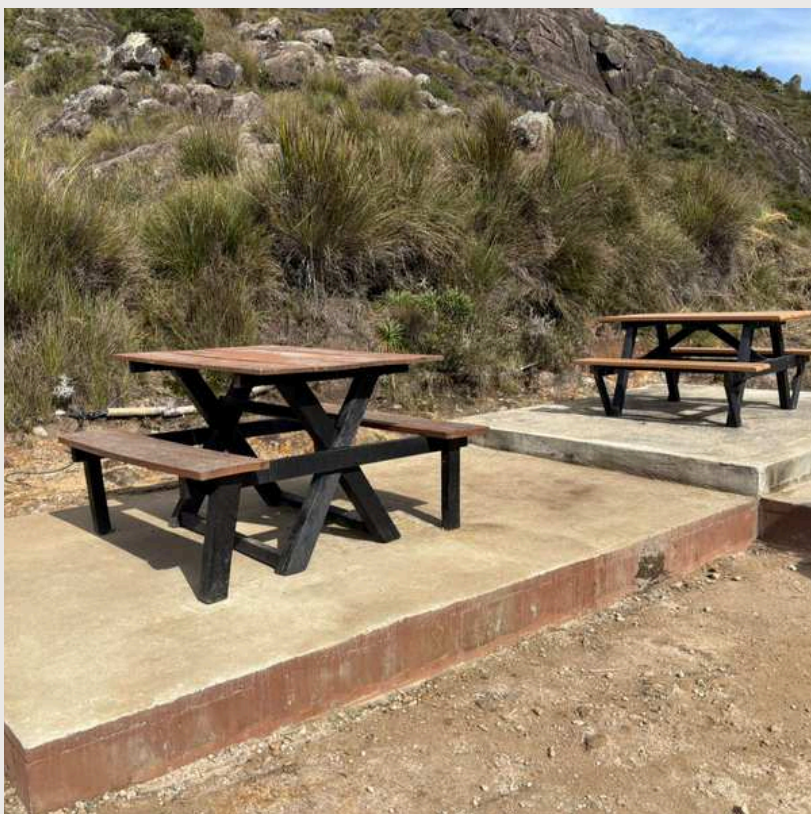
CONTRATO N° 01/2019 - PARQUETUR ITATIAIA

1. Informações gerais do contrato:

A concessão de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional do Itatiaia, administrada pela concessionária Parquetur Itatiaia Ltda., tem como objetivo a delegação de atividades relacionadas ao apoio à visitação, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação, incluindo o suporte gerencial, o controle de acesso, a venda de ingressos, os serviços de estacionamento, transporte interno, receptivo de visitantes, alimentação, comércio, hospedagem e atividades de aventura. O contrato possui vigência de 25 anos, compreendendo o período de 6 de fevereiro de 2019 a 6 de fevereiro de 2044. O valor estimado do contrato é de R\$ 35.031.489,92, considerando o somatório dos investimentos obrigatórios e da projeção da arrecadação de outorga ao longo da vigência contratual. A contrapartida inclui uma outorga fixa no valor de R\$ 300.000,00 e uma outorga variável correspondente a 2% da Receita Operacional Bruta (ROB) da concessionária.

2. Dados operacionais:

No período de referência, o Parque Nacional do Itatiaia registrou a visitação de 139.976 pessoas, sendo 129.010 visitantes pagantes e 10.966 isentos. Os dados de visitação 2024 foram corrigidos em abril, conforme manifestação SEI 021265861 e 021266533, passando a ser 82.452 pagantes e 10.560 isentos.



A arrecadação da concessionária totalizou R\$ 3.069.217,48, e, em cumprimento às obrigações contratuais, foi repassado ao ICMBio o montante de R\$ 63.350,80.

Além disso, a operação da concessão gerou 39 empregos, sendo 36 postos de trabalho com vínculo formal (CLT) e 3 empregos indiretos.

RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

3. Obras e investimentos realizados:

Existe a previsão de duas fontes de recursos para aplicação direta na unidade de conservação: A Outorga fixa ou Desembolso anual: A Concessionária aplicou o montante de R\$ 416.529,82 em produtos e serviços diretamente na UC, contemplando o fomento aos temas Prevenção e Combate a Incêndios, Apoio à Pesquisa, Demolição de Imóveis e Recuperação de Áreas Degradadas, caracterizando um incremento significativo à gestão da UC. Acordo substitutivo de multa: A Concessionária aportou o valor de R\$ 329.195,92 no Parque em bens e serviços distribuídos em 08 temas preestabelecidos, alavancando ações como Manutenção Predial, Manutenção de Frota, Vigilância em Áreas Remotas, Programa Parque Limpo e outros de forte representação na consecução dos objetivos da UC.

4. Referências:

- Relatório de Fiscalização Técnica - RAF Técnico (021297175)
- Relatório de Fiscalização Administrativo - RAF Administrativo (021297177)
- Relatório Anual de Gestão - RAG (021297170)



139.976 visitas



R\$ 3.069.217,48 (Receita Operacional Bruta)



> 90% Pesquisa de Satisfação



39 funcionários (diretos e terceirizados)

CONTRATO N° 01/2021 - URBIA CÂNIIONS VERDES



CONTRATO N° 01/2021 - URBIA CÂNIIONS VERDES

1. Informações gerais do contrato:

O contrato n° 01/2021 estabelece a concessão para a revitalização, modernização, operação, manutenção e gestão das áreas regularizadas dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral (UC). A concessionária responsável é a Urbia Cânions Verdes. Com vigência de 30 anos, o contrato iniciou em 12 de agosto de 2021 e tem previsão de término para 12 de agosto de 2051, podendo ser prorrogado por até 5 anos em situações extraordinárias. O valor total do contrato é de R\$ 29.866.671,31, que inclui investimentos obrigatórios, a outorga fixa de R\$ 20.500.100,00 e a outorga variável, correspondente a 1,6% sobre a receita operacional bruta (ROB) a partir do 49° mês de eficácia do contrato.



51.006 visitas



R\$ 7.270.000,00 (Receita Operacional Bruta)



60 funcionários (diretos)

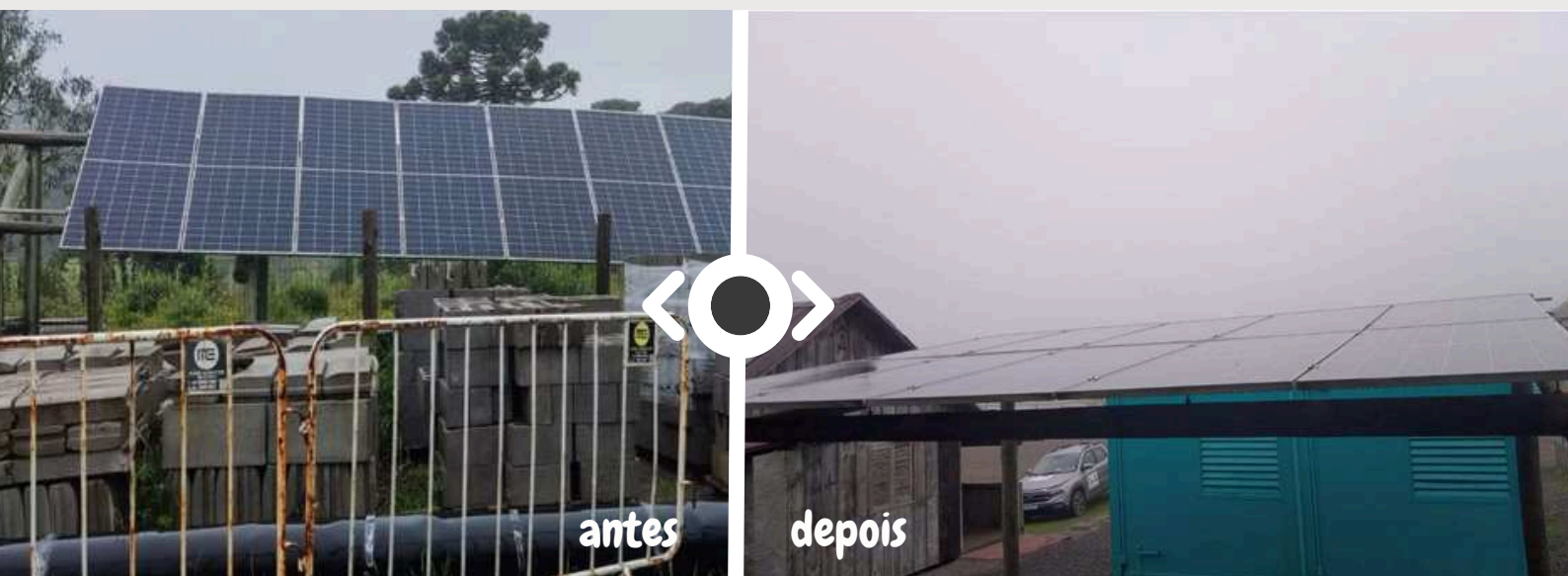
RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

2. Dados operacionais:

Durante o período de 2024, a concessão recebeu um total de 98.724 visitantes, dos quais 93.603 foram pagantes e 5.121 isentos. A arrecadação operacional bruta (ROB) atingiu R\$ 7.270.000,00. No aspecto de geração de empregos, contabilizam-se 60 funcionários, uma queda significativa aos valores de funcionários de 2023.

3. Reequilíbrio Financeiro e Termos Aditivos:

A Concessionária possuía dois pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro em andamento no ano de 2024: o 1º Pedido (02070.000471/2024-03) foi dado entrada em 2023, tendo sido julgado no ano de 2024 como improcedente. O segundo pedido (02070.008645/2024-78) refere-se à impossibilidade de investimentos em razão de proibições do plano de manejo e ausência de regularização fundiária, e encontra-se em análise até o momento. Além desses pedidos, a concessionária acionou a Câmara Arbitral Emergencial no ano de 2024 (02070.015425/2024-09), solicitando o fechamento emergencial e temporário dos parques, sob a alegação de dificuldades financeiras agravadas pelo estado precário das vias de acesso, pelos impactos das chuvas no Rio Grande do Sul e pelos consequentes prejuízos à operação.



A Câmara Arbitral Emergencial é um mecanismo que tem sido cada vez mais utilizado em concessões devido à complexidade e ao longo prazo desses contratos, que podem envolver altos investimentos, questões regulatórias e situações de impacto econômico ou operacional. A arbitragem é escolhida como alternativa ao Judiciário porque é mais célere e conta com árbitros especializados no setor.

RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

A empresa também pediu a suspensão da exigibilidade dos encargos acessórios previstos no contrato, mas tais solicitações foram indeferidas pela árbitra de emergência. Por outro lado, foi acolhido o pedido de suspensão dos investimentos obrigatórios, condicionando a retomada à conclusão da regularização fundiária e à atualização do Plano de Manejo. A discussão segue na Câmara Arbitral para análise do mérito.

4. Obras e Investimentos realizados:

No período de 2024, não foram realizadas obras significativas, nem investimentos relevantes na infraestrutura dos parques. A falta de progresso pode ser atribuída, em parte, a questões estruturais e jurídicas relacionadas aos projetos e à complexidade dos processos de regularização fundiária.

5. Avaliação:

A concessão gerou impactos positivos, principalmente na melhoria da infraestrutura e dos serviços prestados aos visitantes. Observou-se a ampliação da oferta de banheiros, com destaque para o Núcleo Fortaleza, o que contribuiu para a redução do descarte inadequado de resíduos ao longo das trilhas e estacionamentos.

Também foram identificadas melhorias na manutenção das áreas verdes, incluindo poda da vegetação nos mirantes, corte de grama nas trilhas e áreas de piquenique, além da reforma e manutenção de centros de visitantes e estruturas de apoio à visitação. Destaca-se ainda a reativação dos serviços de alimentação em diversos núcleos, com previsão de expansão para o Posto de Informação e Controle (PIC) Rio do Boi em 2025.

Por outro lado, foi constatada uma redução significativa na visitação escolar, especialmente de estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública. Houve, ainda, uma queda expressiva no número total de visitantes desde o início da concessão, acompanhada de mudanças no perfil do público frequentador.

6. Referências:

- Relatório de Fiscalização Técnica - RAF Técnico (021297172)
- Relatório de Fiscalização Administrativo - RAF Administrativo (021297173)
- Relatório Anual de Gestão - RAG (021297171)

**CONTRATO N° 02/2021- 03/2021-
FLONAS SÃO FRANCISCO DE
PAULA E CANELA**



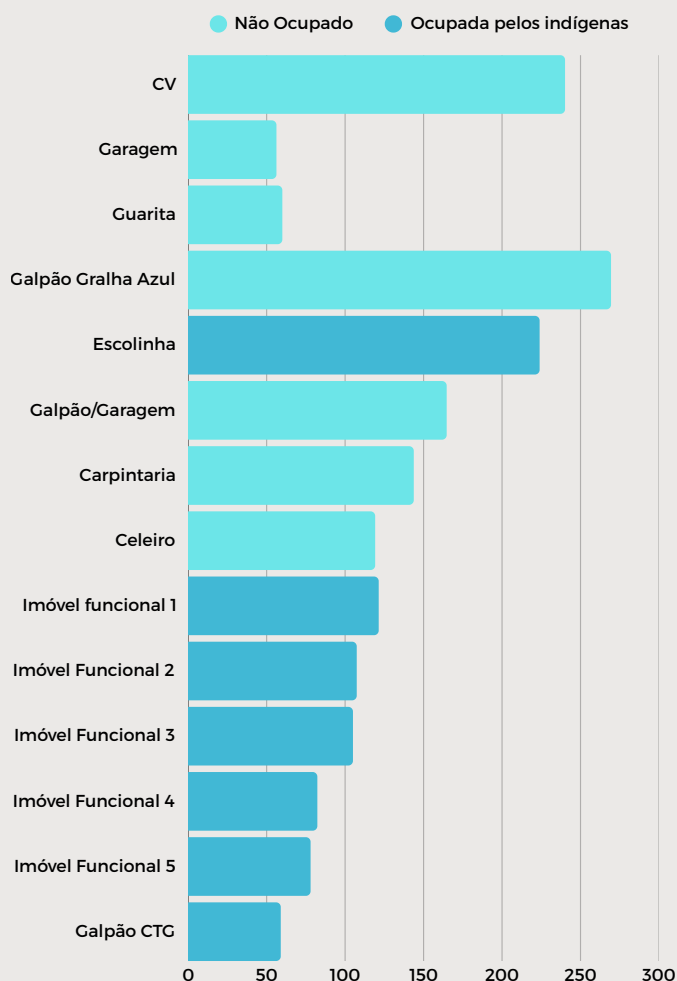
CONTRATO N° 02/2021- 03/2021- FLONAS SÃO FRANCISCO DE PAULA E CANELA

1. Informações gerais do contrato:

Os Contratos de Concessão n° 03/2021 – Flona Canela (SEI 10446211) e n° 02/2021 – Flona São Francisco de Paula (SEI 9638528) foram firmados entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e, respectivamente, as empresas Parque Sul Canela Concessionária de Parques Ltda. e Parque Sul São Chico Concessionária de Parques Ltda. O objetivo é a prestação de serviços de apoio à visitação nas duas unidades de conservação. O contrato referente à Flona Canela possui vigência de 24 de novembro de 2021 a 24 de novembro de 2051, com valor total de R\$ 15.104.716,00 (quinze milhões, cento e quatro mil, setecentos e dezesseis reais). Já o contrato da Flona São Francisco de Paula tem vigência prevista para o mesmo período, com valor total de R\$ 8.579.987,00 (oito milhões, quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais).

2. Dados operacionais:

Logo após a assinatura, ambos os contratos enfrentaram entraves jurídicos. Uma decisão liminar da Justiça Federal, no âmbito da Ação Civil Pública n° 5009235-38.2021.4.04.7107/RS, ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF), determinou a obrigatoriedade de realização de consultas prévias, livres e informadas com as comunidades indígenas Kaingang e Xokleng, conforme estabelece a Convenção n° 169 da OIT. Sem o cumprimento dessa exigência, nenhuma intervenção efetiva poderia ser executada nas áreas abrangidas pelas concessões.

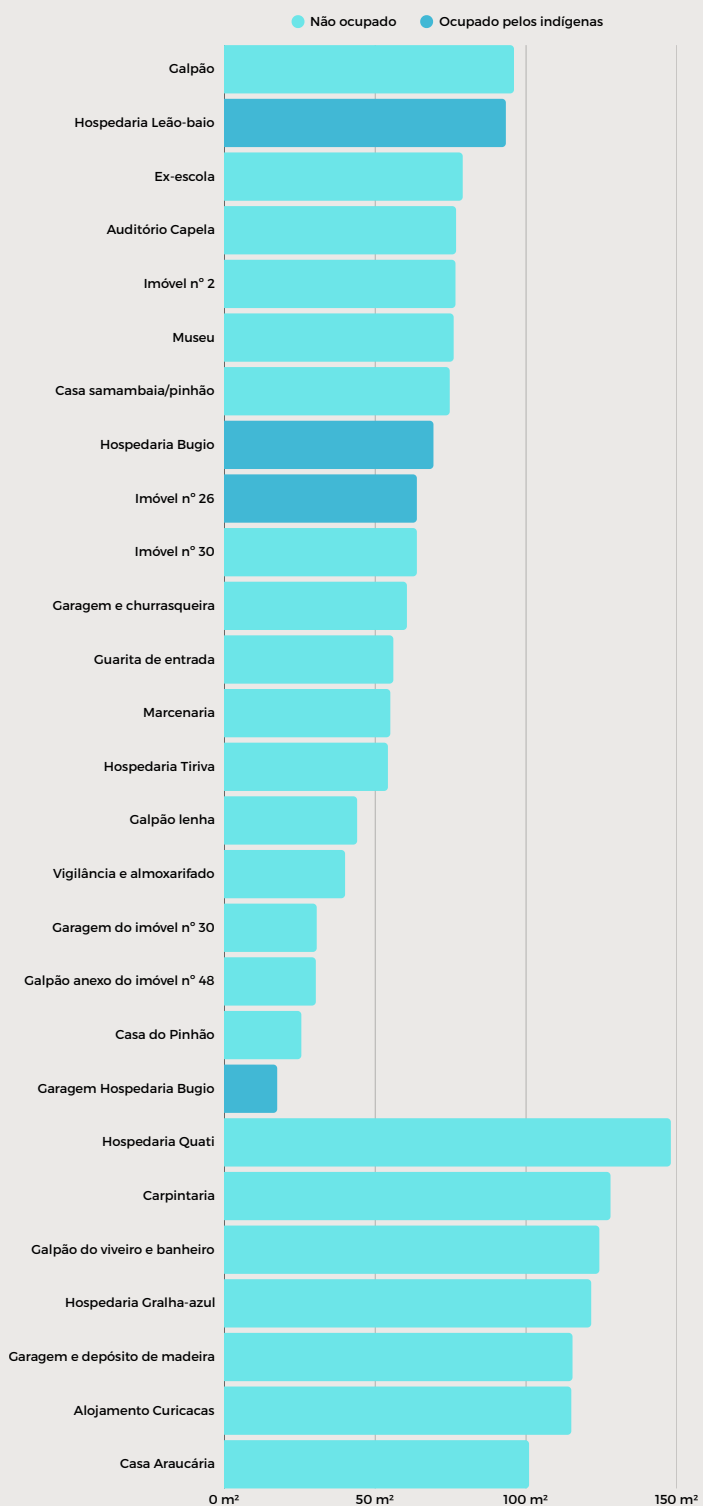




Em março de 2022, ocorreu ocupação nas unidades de conservação pelas comunidades indígenas. Para buscar uma solução temporária, foram firmados, em setembro de 2022, o Termo Aditivo da Flona Canela (SEI 131864600) e o Termo Aditivo da Flona São Chico (SEI 13186488), que suspenderam todas as obrigações contratuais enquanto perdurassem os entraves jurídicos.

Por fim, em 2024, o ICMBio celebrou um Acordo de Convivência com as comunidades indígenas: SEI 19871271 para a comunidade Kaingang Kógunh Mág (Canela) e SEI 19871237 para a comunidade Xokleng Konglui (São Francisco de Paula), autorizando-as a permanecer temporariamente nas áreas de uso público até que sejam providenciadas moradias alternativas.

RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO



3. Referências:

- SEI nº02070.025020/2021-28 (processo referencial).
- SEI 00810.000811/2021-17 Ação Judicial

CONTRATO N° 01/2022

URBIA CATARATAS



CONTRATO N° 01/2022 - URBIA CATARATAS

1. Informações gerais do contrato:

O contrato nº 01/2022 estabelece a concessão dos serviços públicos de apoio à visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional do Iguaçu (PNI). A concessionária responsável pela execução do contrato é a Urbia Cataratas S.A. A vigência do contrato é de 30 anos, iniciando em 18 de julho de 2022 e com término previsto para 17 de julho de 2052. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos em situações extraordinárias, como a recomposição do equilíbrio econômico ou durante o período de transição entre contratos. O valor total do contrato é de R\$ 1.926.758.253,97, incluindo os investimentos obrigatórios, a outorga fixa, a projeção da outorga variável e encargos acessórios. A outorga fixa é de R\$ 375.000.000,00, com uma outorga variável de 7% sobre o valor da receita operacional bruta (ROB), que pode ser acrescida em até 5% com base na avaliação de desempenho.

2. Dados operacionais:

No ano de 2024, a concessão do Parque Nacional do Iguaçu registrou um total de 1.893.116 visitantes, dos quais 1.753.812 foram pagantes e 139.304 enquadraram-se nas categorias de isentos e cortesias. A arrecadação bruta da concessionária no período foi de R\$ 252.075.141,00. Contudo, não foram realizados repasses financeiros ao ICMBio no exercício. Em relação à geração de empregos, foram contabilizados 420 empregos diretos e 264 postos de trabalho terceirizados.

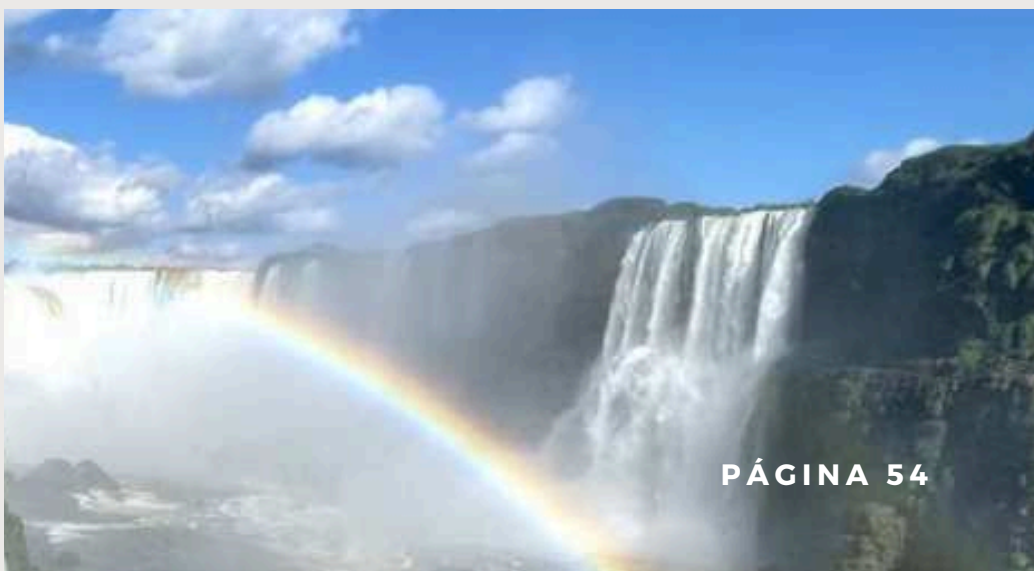


3. Obras e Investimentos realizados:

Durante o ano de 2024, a concessionária avançou na execução de várias obras previstas no contrato. No primeiro ano completo de vigência do contrato, foram implementados novos atrativos como o Amanhecer nas Cataratas, o Pôr do Sol nas Cataratas, o Passeio Noturno e o Passe VIP. Entre as obras realizadas em 2024 estão a construção do estacionamento no Centro de Visitantes, a instalação de receptivos e bilheteiras em Poço Preto, além de quiosques e sanitários nas trilhas Bananeiras e Poço Preto. Também foram realizados investimentos em infraestruturas como a garagem de barcos, a base e o deck da Trilha Bananeiras, e a construção de uma guarita e receptivo em Bananeiras.

No campo dos encargos acessórios destaca-se a implementação de um novo atrativo de passeio guiado de bicicleta e a realização do Primeiro Encontro Nacional de Gestores de Unidades de Conservação, ambos contribuindo para a promoção da conservação e educação ambiental. Em 2024 foram mais de 12 milhões de reais investidos e/ou segregados, a título de encargos acessórios. Em relação a projetos socioambientais, pode-se citar o apoio da concessionária ao Projeto Onças do Iguaçu, iniciativa emblemática de conservação que foi recentemente agraciado com o Prêmio Whitley – reconhecido como o “Oscar Verde” da conservação ambiental. Neste âmbito, apoia também o Projeto Crocheteiras do Iguaçu para empoderar as mulheres da região.

O Contrato estabelece compras preferenciais de produtores e fornecedores locais/regionais, de forma a favorecer a integração econômica do PNI com as comunidades do entorno e a enriquecer a experiência do visitante com os valores sociais e culturais da região, o que resultou em 2024 em mais de 40 milhões investidos na economia local. Também são promovidas no centro de visitantes feiras com produtores locais dos municípios do entorno do parque, ampliando seu alcance e fortalecendo as economias locais.



RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

Ainda no âmbito de ações sociais, as cortesias de acessos diários para estudantes da rede pública estadual e municipal permitem o contato da comunidade com o Parque, e, avançando em direção às melhores condições de recepção, a concessionária obteve a certificação como Empresa Amiga da Pessoa Autista, após treinamentos com equipes e análises da experiência de autistas nos serviços oferecidos com acolhimento, respeito e dignidade.

4. Avaliação:

Em 2024, a execução contratual apresentou avanços importantes na diversificação dos atrativos turísticos, na implantação inicial de projetos estruturantes e na operacionalização dos serviços. A prestação dos serviços obrigatórios pela concessionária apresentou desempenho satisfatório, especialmente no Polo Cataratas, que concentra a maior parte das atividades, estruturas e mão de obra.

5. Referências:

- Relatório de Fiscalização Técnica - RAF Técnico (021323944).
- Relatório Obras Urbia Cataratas (021324027)
- Relatório de Fiscalização Administrativo - RAF Administrativo (021297251)



CONTRATO N° 01/2024
PARQUETUR CHAPADA
DOS GUIMARÃES



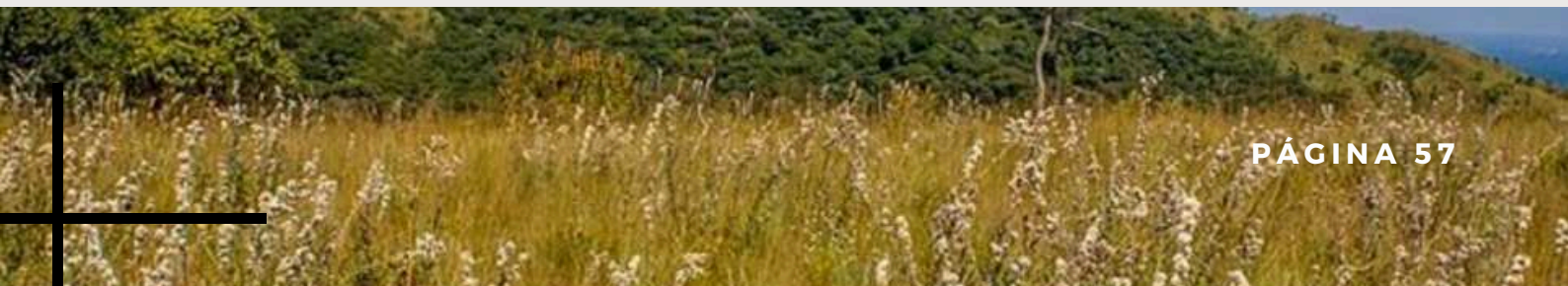
CONTRATO N° 01/2024 - PARQUETUR CHAPADA DOS GUIMARÃES

1. Informações gerais do contrato:

O contrato nº 01/2024 foi firmado para a concessão da gestão e operação do Parque Nacional Chapada dos Guimarães (PNCG), entre a Parquetur Chapada dos Guimarães S.A., concessionária, e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O contrato prevê a prestação de serviços públicos voltados ao apoio à visitação, revitalização e modernização das infraestruturas turísticas, além da operação e manutenção das atividades de conservação, proteção e gestão ambiental do parque.

Com vigência de 30 anos, o contrato pode ser prorrogado por mais 5 anos, conforme necessidades extraordinárias, como a recomposição do equilíbrio econômico ou para transição entre contratos.

O valor total da concessão é de R\$ 57.939.568,25, que inclui investimentos obrigatórios, a outorga fixa de R\$ 926.000,00, a projeção de outorga variável de 4,5% sobre a Receita Operacional Bruta (ROB), a partir do 49º mês de eficácia, e os encargos acessórios previstos. A concessionária também deve destinar anualmente 4,5% da ROB para ações em áreas como educação ambiental, integração com o entorno, pesquisa, manejo de espécies, monitoramento, capacitação e divulgação institucional.





O contrato foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 24 de junho de 2024. No final de 2023, um movimento de massa na rodovia MT-251, conhecida como “Portão do Inferno”, causou risco iminente de queda do viaduto e interrupção do tráfego, comprometendo o acesso ao Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (PNCG).

Em resposta, foram adotadas medidas emergenciais, como a proibição de vans e veículos de maior tonelagem, a interdição da pista em períodos chuvosos e a implementação do sistema pare-siga. Desde então, as operações de transferência das atividades do parque para a concessionária estão suspensas. A fim de garantir uma transição eficiente e sem interrupções nas operações e serviços turísticos do parque, um Termo Aditivo foi assinado. O aditivo estabelece que a concessionária deverá apresentar o Plano de Transição das Operações (PTO) ao poder concedente, no prazo de até 30 dias após a conclusão das obras de retaludamento da rodovia MT-251 (nos km 42 e 48), ou após a comunicação formal da DAFI, confirmando que não há impedimentos significativos para o início das atividades. Dessa forma, assegura-se a continuidade da visitação e o cumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízos às operações do parque.

CONTRATO N° 02/2024 URBIA CATARATAS JERICOACOARA



CONTRATO N° 02/2024 - URBIA CATARATAS JERICOACOARA

1. Informações gerais do contrato:

O contrato n° 02/2024 foi firmado entre a Urbia Cataratas Jericoacoara S.A., concessionária do Parque Nacional de Jericoacoara (PNJ), e a Parquetur Chapada dos Guimarães S.A., empresa responsável pela execução das obrigações estabelecidas. O objetivo central do contrato é a prestação dos serviços públicos de apoio à visitação, além da revitalização, modernização, operação e manutenção das infraestruturas turísticas no PNJ. O contrato também abrange o custeio de ações voltadas à conservação, proteção e gestão ambiental da unidade de conservação.

O valor total do contrato é estimado em R\$ 298.916.069,99, o qual inclui os investimentos obrigatórios, a outorga fixa, a projeção da outorga variável e os encargos acessórios previstos. A outorga fixa foi estabelecida em R\$ 61.000.000,00, e, a partir do 49° mês de eficácia do contrato, a concessionária passará a recolher uma outorga variável correspondente a 5% da Receita Operacional Bruta (ROB).

Além disso, a concessionária deverá destinar, anualmente, o equivalente a 5% da sua ROB para financiar diversas ações, entre elas: a educação e comunicação ambiental, a integração com as comunidades do entorno, pesquisas científicas, manejo de espécies, monitoramento ambiental, programas de voluntariado, organização do transporte de moradores e trabalhadores e divulgação institucional do PNJ.



RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

2. Dados operacionais:

O contrato foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 24 de junho de 2024. Desde então, as operações de transferência das atividades do parque para a concessionária estão em andamento. A previsão é que o processo de transferência seja concluído até julho de 2025.



Outorga Variável

Encargos Acessórios: R\$ 91 milhões

Outorga Variável: R\$ 245 milhões



Outorga fixa

R\$ 61 milhões, representando ágio de 716%



Capex

R\$ 116 milhões logo nos primeiros anos de concessão



Opex

R\$ 1 bilhão durante os 30 anos de concessão

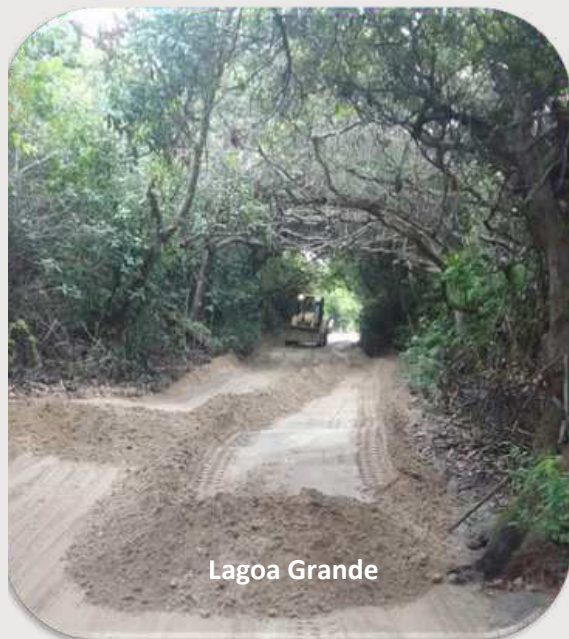


Projeto do Mirante Pedra Furada

3. Obras e Investimentos realizados:

O parque, embora reconhecido pela sua beleza natural, carece de uma estrutura capaz de assegurar um controle eficiente de acesso e de proporcionar uma recepção adequada aos diferentes perfis de público, como visitantes, moradores locais e prestadores de serviços.

Para lidar com essa situação emergencial, o Comitê de Transição, em conformidade com o Anexo "L" do contrato, aprovou o Plano de Controle de Acesso e Ações Prioritárias (PCAAP). O plano visa implementar soluções temporárias e emergenciais para garantir um mínimo controle de acesso e estrutura inicial de atendimento, enquanto as obras definitivas e as melhorias planejadas no Caderno de Encargos são executadas ao longo da concessão.



Foram executadas ações de manutenção das estradas existentes no interior do parque, com intervenções voltadas à preservação da trafegabilidade e segurança viária. Realizaram-se melhorias pontuais de traçado, manutenção e recuperação de pontes, bem como a implantação de sinalização viária adequada, contribuindo para a orientação dos visitantes e a organização do fluxo interno.

4. Referências:

- Relatório Anual de Gestão - RAG (021340311)



PESQUISA DE SATISFAÇÃO E PERFIL DO VISITANTE

As pesquisas de satisfação e perfil do visitante realizadas periodicamente nas instalações da concessão têm demonstrado elevados índices de aprovação dos serviços prestados. Em todos os contratos de concessão ativos, mais de 90% dos visitantes avaliaram sua experiência como “muito boa” ou “ótima”, evidenciando a qualidade do atendimento, da infraestrutura e das ações voltadas à melhoria da visitação.

Esses resultados reforçam a efetividade do modelo de parcerias adotado pelo ICMBio e contribuem para o aprimoramento contínuo da gestão dos serviços, com foco na experiência do visitante, na conservação ambiental e na geração de benefícios locais.

Para conhecer os resultados detalhados das pesquisas, clique no ícone de cada concessionária e acesse os relatórios de cada Unidade de Conservação.



Nº 01/2010



Nº 136/2010



Nº 01/2012



Nº 01/2014



Nº 01/2015



Nº 02/2018



Nº 01/2019



Nº 01/2021



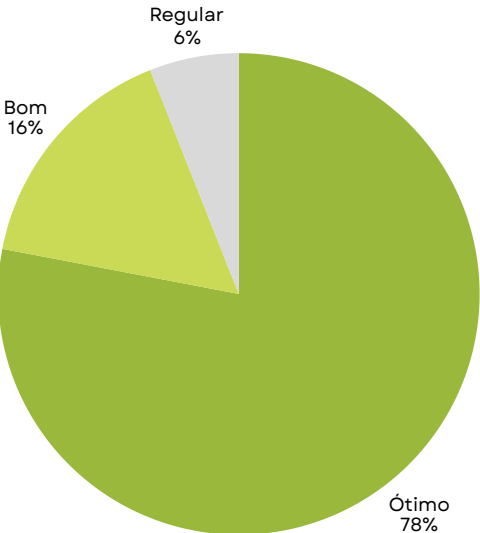
Nº 01/2022

CLIQUE NO ÍCONE



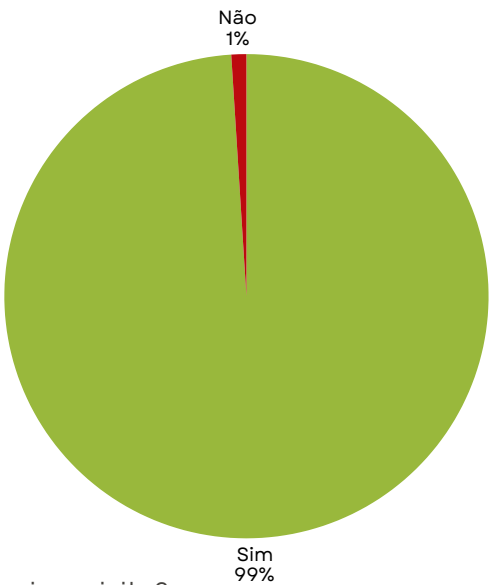
Algumas informações constantes nos relatórios podem conter dados sensíveis ou de acesso restrito, cuja divulgação irrestrita é vedada nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)

Parna do Iguaçu (Macuco)



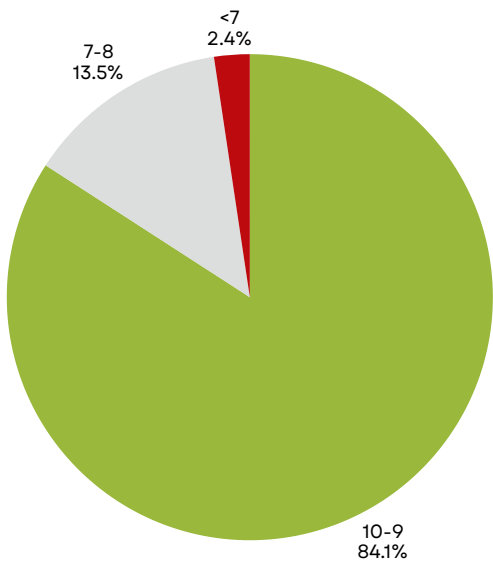
Qual o seu grau de satisfação? (dez 24)

Parna da Tijuca (Paineiras- Corcovado)



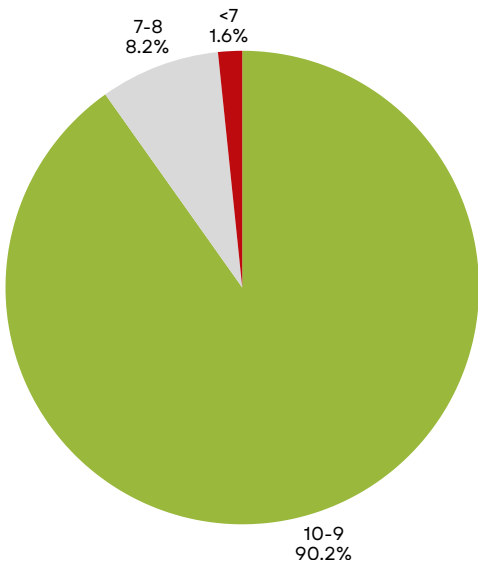
Você indicaria a visita?
Compilado- Ano 24

Parna da Chapada dos Veadeiros (Parquetur)



Qual nota você daria para a visita? (jun-jul 23/24)

Parna Marinho Fernando de Noronha



Net Promoter Score
(NPS): set 24

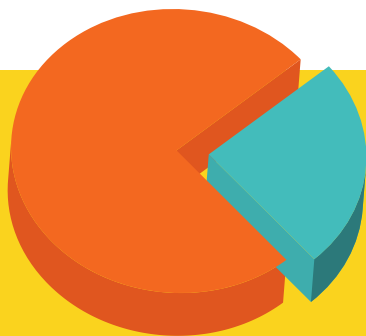
CONTRAPARTIDAS E MACROTEMAS

Em 2024, foram realizados investimentos e incentivos para fortalecer a gestão dos parques nacionais. No Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, R\$ 296.081,17 foram destinados como incentivo à concessionária para a contratação de mão de obra local. Além disso, a comercialização de produtos regionais foi estimulada, com mais de 30% dos itens vendidos no parque provenientes do entorno. Também foram oferecidas capacitações sobre gestão de resíduos sólidos, conservação ambiental, planejamento de negócios e saúde, promovendo qualificação profissional e conscientização ambiental.

No Parque Nacional do Itatiaia, os recursos provenientes do Acordo Substitutivo de Multa, totalizando R\$ 314.388,37, foram aplicados em projetos como o Programa Parque Limpo, oficinas de sinalização, vigilância em áreas remotas, manutenção de equipamentos, frota e infraestrutura predial, além de diversos reparos. Adicionalmente, R\$ 414.528,40, também no Parque Nacional do Itatiaia, oriundos da outorga fixa, foram direcionados a iniciativas como apoio à pesquisa, prevenção e combate a incêndios e recuperação de áreas degradadas.

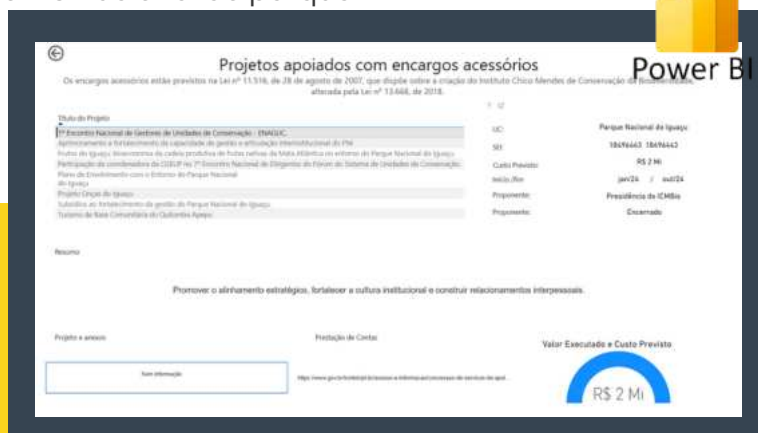
No Parque Nacional da Tijuca, R\$ 292.945,84 foram investidos no Programa Favela Parque, com o objetivo de integrar comunidades como Cerro Corá, Guararapes, Vila Cândido e Prazeres. A iniciativa busca fortalecer o vínculo entre a população local e a unidade de conservação, promovendo o desenvolvimento de projetos comunitários.

Já no Parque Nacional do Iguaçu (PNI), o Contrato de Concessão nº 001/2022 previu um investimento de R\$ 11.260.546,16, acrescido da taxa de administração, em projetos voltados para educação ambiental, integração com a comunidade local, monitoramento de espécies, capacitação técnica e divulgação institucional do parque.



Projetos apoiados - Plano de Aplicação 2024-2027

Execução Finalizado



CLIQUE NO ÍCONE

RELATÓRIO ANUAL DAS CONCESSÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO

Parque Nacional do Iguaçu

Plano de Aplicação R\$ 11.260.546,16, acrescido da taxa de administração.
Período de Apuração: dez/2022-dez/2023.

- Participação no 7º Encontro Nacional de Dirigentes do Fórum do Sistema de Unidades de Conservação;
- Realização do 1º Encontro Nacional de Gestores de Unidades de Conservação - ENAGUC;
- Aprimoramento e fortalecimento da capacidade de gestão e articulação interinstitucional do PNI;
- Turismo de Base Comunitária do Quilombo Apepu;
- Plano de Envolvimento com o Entorno do Parque Nacional do Iguaçu;
- Projeto Onças do Iguaçu;
- Frutos do Iguaçu: bioeconomia da cadeia produtiva de frutas nativas da Mata Atlântica no entorno do Parque Nacional do Iguaçu;
- Subsídios ao fortalecimento da gestão do Parque Nacional do Iguaçu.

Parque Nacional do Itatiaia Acordo Substitutivo de Multa

Valor: R\$ 314.388,37

Programa Parque Limpo

Oficina de Sinalização

Vigilância de Áreas Remotas

Manutenção Equipamentos

Manutenção de Frota

Manutenção Predial

Reparos Diversos

Outorga Fixa

Valor: R\$ 414.528,40

Apoio e Pesquisa
Prevenção e Combate a Incêndios
Recuperação de Áreas Degradadas

Esses investimentos consolidam o papel das concessões como ferramentas essenciais para a gestão ambiental e socioeconômica. Além de reforçar a proteção dos parques nacionais, as iniciativas promoveram melhorias na infraestrutura e oportunidades significativas para as comunidades locais, refletindo o compromisso com a sustentabilidade e a valorização do patrimônio natural e cultural.

Parque Nacional da Tijuca

R\$ 292.945,84

PROGRAMA FAVELA PARQUE

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

R\$ 296.081,17
em incentivos

Mão de Obra Local
Compras de produtos do entorno
Capacitação para entorno e funcionários



Em 2024, o ICMBio completou 17 anos de atuação na conservação da natureza e no cuidado com as pessoas que se relacionam com as unidades de conservação. Para celebrar esse marco, promover o alinhamento estratégico e fortalecer a gestão integrada do Instituto, foi realizado o 1º Encontro de Gestores ICMBio-MMA, no período de 14 a 18 de outubro de 2024, em Foz do Iguaçu (PR), no Wish Foz do Iguaçu Resort.

O evento teve como objetivos promover o alinhamento estratégico, fortalecer a gestão integrada do ICMBio, estimular a troca de informações e experiências, fomentar o diálogo sobre os desafios institucionais e aprimorar a colaboração entre os gestores. A iniciativa buscou consolidar a atuação das unidades descentralizadas e ampliar a eficiência e os resultados institucionais, em consonância com os princípios e valores do Instituto. O encontro contou com a participação de 307 gestores e representou a primeira ação financiada com recursos provenientes dos encargos acessórios dos contratos de concessão, inaugurando uma nova etapa na aplicação desses recursos em ações de fortalecimento institucional. O custo total do evento foi de R\$ 1.999.426,40. O relatório final, contendo os resultados e encaminhamentos do evento, está disponível no [link](#).



INVESTIMENTOS PREVISTOS X REALIZADOS

Os contratos de concessão celebrados pelo ICMBio preveem um conjunto de entregas obrigatórias por parte das concessionárias, que abrangem obras, instalações, equipamentos e sistemas voltados à melhoria da visitação pública nas Unidades de Conservação. Esta seção tem por finalidade apresentar um panorama sobre a situação dessas entregas, distinguindo entre os itens já executados e aqueles ainda pendentes de implantação.

Destaca-se que a não entrega de determinadas obras pode decorrer de diversas causas, como entraves relacionados à regularização fundiária, indisponibilidade do bem por parte do ICMBio, alterações no planejamento decorrentes de restrições ambientais ou técnicas, como risco geológico, entre outros fatores.

Este relatório representa o primeiro esforço sistematizado de consolidação e transparência quanto à execução das entregas obrigatórias previstas nos contratos de concessão, contribuindo para o monitoramento efetivo dos compromissos contratuais e para o aprimoramento da gestão pública em áreas protegidas.

Os investimentos foram classificados em duas categorias: (i) entregues, quando cumprida integralmente a obrigação contratual e formalizado o recebimento pelo ICMBio; e (ii) não entregues, abrangendo os casos de atraso, aqueles ainda em fase de implementação ou, ainda, situações em que a execução não ocorreu por fatores alheios à vontade da Concessionária ou do ICMBio, tais como decisões judiciais, suspensões administrativas ou impedimentos operacionais formalmente reconhecidos.

Importa esclarecer que a classificação de determinado investimento como 'não entregue' não configura, por si só, inadimplemento contratual. Tal status pode decorrer, por exemplo, de investimentos que já possuem termo de recebimento provisório emitido, ou de projetos cuja vistoria técnica pelo ICMBio está em andamento ou aguarda agendamento para aceite definitivo. Também pode refletir situações em que a obrigação contempla mais de um investimento, sendo que parte deles já foi entregue, enquanto o restante permanece pendente. Dessa forma, os dados devem ser interpretados com cautela, considerando o estágio específico de fiscalização e validação de cada entrega.

Investimentos Previstos x Realizados



Rótulo da Linha	Previsto	Realizado	Valor Referência
Parque Nacional Aparados da Serra e Serra Geral	53	22	18.074.623,82
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	17	10	2.971.588,20
Parque Nacional da Tijuca	27	18	91.408.932,92
Contrato 01/2012	14	9	7.782.320,52
Contrato 01/2014	13	9	83.626.612,40
Parque Nacional do Iguaçu	97	36	296.808.260,54
Contrato 01/2010	18		11.856.746,00
Contrato 01/2022	77	34	238.195.827,58
Contrato 22/2015	2	0	46.755.686,96
Parque Nacional do Itatiaia	61	8	16.743.082,26
Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha	16	13	6.978.214,00
Total Geral	271	107	432.984.701,73

GARANTIAS

Os contratos de concessão firmados com as concessionárias responsáveis pela operação de serviços de apoio à visitação em Unidades de Conservação federais contam com a exigência de seguro garantia. Este instrumento assegura o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelas concessionárias, protegendo o ICMBio contra eventuais inadimplimentos e garantindo a continuidade da prestação dos serviços. Estes valores variam conforme o escopo e a complexidade de cada contrato. Em 2025, os contratos em vigor totalizaram mais de R\$ 105 milhões em valores garantidos por meio de apólices.

Concessionária	Contrato	Garantia
Urbia Cataratas S/A	Contrato 01/2022	R\$65.548.994,14
Ilha do Sol Agência de Viagens EIRELI	Contrato 01/2010	R\$950.000,00
Helisul Taxi Aéreo LTDA	Contrato 22/2015	R\$7.820.958,23
Eco-Noronha S.A	Contrato 136/2010	R\$1.025.295,20
Paineiras-Corcovado LTDA	Contrato 01/2012	R\$346.656,95
Trem do Corcovado LTDA	Contrato 01/2014	R\$10.599.455,00
Parquetur Chapada dos Veadeiros S.A	Contrato 02/2018	R\$913.855,62
Parquetur Itatiaia S.A	Contrato 01/2019	R\$1.751.574,50
Urbia Cânions Verdes S.A	Contrato 01/2021	R\$1.779.452,00
Urbia Cataratas Jericoacoara S.A	Contrato 01/2024	R\$11.956.642,80
Parquetur Chapada dos Guimarães S.A	Contrato 02/2024	R\$2.445.738,80

SEGUROS

As concessionárias que operam em Unidades de Conservação são responsáveis por contratar seguros que cobrem diferentes tipos de risco relacionados à operação. Os principais tipos de apólices incluem seguros patrimoniais, de responsabilidade civil e de vida, cujos valores variam conforme a natureza e o porte das operações. Esses seguros têm papel fundamental na proteção do interesse público, pois contribuem para a continuidade e a segurança dos serviços prestados, além de oferecer garantias adicionais à integridade física de visitantes, trabalhadores e do patrimônio da UC.

Concessionária	Contrato	Vida	Patrimonial	Responsabilidade Civil
Urbia Cataratas S/A	Contrato 01/2022	-	R\$82.500.000,00	R\$7.000.000,00
Ilha do Sol Agência de Viagens EIRELI	Contrato 01/2010	R\$17.782.707,90	-	R\$1.000.000,00
Helisul Taxi Aéreo LTDA*	Contrato 22/2015	-	-	US\$ 50.000.000,00
Eco-Noronha S.A	Contrato 136/2010	R\$3.500.000,00	R\$302.248.465,00	R\$1.766.977,92
Paineiras-Corcovado LTDA	Contrato 01/2012	R\$1.766.977,92	R\$161.300.000,00	R\$3.500.000,00
Trem do Corcovado LTDA	Contrato 01/2014	R\$26.070,79	R\$5.000.000,00	R\$5.000.000,00
Parquetur Chapada dos Veadeiros S.A	Contrato 02/2018	-	R\$9.361.353,07	R\$3.000.000,00
Parquetur Itatiaia S.A	Contrato 01/2019	-	R\$17.227.703,07	R\$3.000.000,00
Urbia Cânions Verdes S.A	Contrato 01/2021	-	R\$6.065.254,39	R\$3.000.000,00
Urbia Cataratas Jericoacoara S.A**	Contrato 01/2024	-	-	-
Parquetur Chapada dos Guimarães S.A***	Contrato 02/2024	-	-	R\$3.000.000,00

*Outros seguros: Sobressalente(US\$ 10.000.000,00), Casco (US\$ 6.000.000,00) e Casco Guerra (US\$ 6.000.000,00).

**Contrato sem eficácia

***Contrato Suspenso

Termos Aditivos

Contrato	Aditivo	Objeto
Contrato de Concessão nº 01/2012	4º Termo Aditivo	Autorizar a cobrança de valor em favor da Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, destinado ao custeio de despesas e investimentos no Monumento do Cristo Redentor. O valor será reajustado anualmente pelo IPCA.
Contrato de Concessão nº 01/2012	5º Termo Aditivo	Alterar a política de ingresso, substituindo a Portaria MMA 366/09 pela Portaria MMA 256/20, e segregar uma parcela do valor arrecadado com a cobrança de ingressos para o acesso ao setor Corcovado do PNT, para custear os encargos acessórios da concessão, conforme o art. 14-C da Lei nº 11.516/2007.
Contrato de Concessão nº 01/2014	6º Termo Aditivo	Autorizar a cobrança de valor em favor da Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, destinado ao custeio de despesas e investimentos no Monumento do Cristo Redentor. O valor será reajustado anualmente pelo IPCA.
Contrato de Concessão nº 01/2014	7º Termo Aditivo	Alterar a política de ingresso, substituindo a Portaria MMA 366/09 pela Portaria MMA 256/20, e segregar uma parcela do valor arrecadado com a cobrança de ingressos para o acesso ao setor Corcovado do PNT, para custear os encargos acessórios da concessão, conforme o art. 14-C da Lei nº 11.516/2007.
Termo de Compromisso Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro	1º Termo Aditivo	Autorizar o reajuste anual, pelo IPCA, da cobrança compulsória realizada pela Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro para a manutenção do Monumento do Cristo Redentor.
Termo de Permissão Loja 3	3º Termo Aditivo	Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso por 1 (um) ano, com possibilidade de rescisão antecipada devido à finalização do processo licitatório para delegação das atividades de apoio à visitação
Termo de Permissão Loja 4	3º Termo Aditivo	Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso por 1 (um) ano, com possibilidade de rescisão antecipada devido à finalização do processo licitatório para delegação das atividades de apoio à visitação
Termo de Permissão Loja 5	3º Termo Aditivo	Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso por 1 (um) ano, com possibilidade de rescisão antecipada devido à finalização do processo licitatório para delegação das atividades de apoio à visitação
Termo de Permissão Loja 7	3º Termo Aditivo	Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso por 1 (um) ano, com possibilidade de rescisão antecipada devido à finalização do processo licitatório para delegação das atividades de apoio à visitação
Contrato de Concessão nº 22/2015	2º Termo Aditivo	Prorrogar excepcionalmente o prazo de vigência por 1 (um) ano, com possibilidade de rescisão antecipada devido à finalização do processo licitatório para delegação das atividades de apoio à visitação

Reequilíbrio Econômico - Financeiro

Contrato	Valor Solicitado	Data Solicitada	Status
Contrato de Concessão nº 01/2010	R\$ 29.763.614,30	Passivo	Concessionária providenciará a contratação de empresa independente para a realização de auditoria contábil sobre os dados do estudo do reequilíbrio econômico-financeiro (Última movimentação 25/08/2025)
Contrato de Concessão nº 136/2010	R\$ 125.288.970,00	Passivo	Concedido, no dia 27/08/2025, o prazo de 10 dias corridos para recurso da decisão denegatória (última movimentação 01/09/2025)
Contrato de Concessão nº 136/2010	R\$ 16.368.890,17	Passivo	Concedido, no dia 27/08/2025, o prazo de 10 dias corridos para recurso da decisão denegatória (última movimentação 01/09/2025)
Contrato de Concessão nº 01/2014	R\$ 121.429.775,00	Passivo	Aprovado 121.429.775, sendo 41.690.682,76 valor não repassado ao ICMBio junho /2022 e saldo de recomposição 79.739.092,54 -Em processo de pagamento: 90% abatimento da outorga e 50% bilheteria até pagamento total. Previsão de término: Julho/2025).
Contrato de Concessão nº 01/2014	R\$ 20.353.345,88.	20/09/2024	Termo Aditivo assinado em: Primeiro pagamento em 2025.
Contrato de Concessão nº 01/2021	R\$ 86.540.760,26	13/05/2024	Em análise: Primeira versão do Parecer do Verificador Independente devolvido para ajustes (última movimentação: 03/07/2025)
Contrato de Concessão nº 01/2021	R\$ 12.566.031,18	31/08/2023	Indeferido (19/02/2024)
Termo de Permissão Mirante do Boldró	Redução de 30% no valor da outorga.	08/08/2024	Indeferido (20/08/2024).
Contrato de Concessão nº 02/2018	R\$ 2.317.467,99	Passivo	Em análise: Encaminhado para Análise da PFE (Última movimentação: 05/09/2025)
Contrato de Concessão nº 01/2012	R\$ 37.279.783,88	Passivo	Processo de 2019 reaberto em 06/08/2025 (em estágio de reavaliação de valores) Processo de 2025 em estágio de contratação de empresa especializada para apuração